

Agosto 2022

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal, Luanda, Angoleme e Jornal O PAÍS.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	5
1.1 MPLA prevê reduzir taxa de desemprego para 25 por cento	5
2. MICROFINANÇAS	6
2.1 Crédito ao sector não financeiro cai 4,76 biliões de Kz no I semestre de 2022	6
2.2 Intervenção da ADRA	7
2.3 Comerciantes no Zaire valorizam acções do Programa de Reconversão da Economia Informal	7
2.4 Operadores económicos valorizam crédito cedido	8
3. MERCADO INFORMAL	10
3.1 Venda ilegal de combustível angolano fecha negócios na Namíbia	10
3.2 Moradores e vendedores ambulantes fazem negócios	11
3.3 Comerciantes no Zaire valorizam acções do Programa de Reconversão da Economia Informal	12
3.4 Biscates ganham espaço em Luanda e desemprego é a principal causa	12
3.5 Quase 80% das pessoas empregadas estão no sector informal	14
3.6 Mercados dos Kwanzas, Kicolo e KM 30 abastecem Luanda	15
3.7 Moto taxistas inseridos no PAPE passam a gerir o próprio negócio	15
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	17
4.1 Orçamento participativo promove o desenvolvimento comunitário	17
4.2 Novo regime alarga benefícios fiscais e baixa IVA de Cabinda para 1%	19
5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	21
5.1 Orçamento participativo promove o desenvolvimento comunitário	21
5.2 Novo regime alarga benefícios fiscais e baixa IVA de Cabinda para 1%	23
5.3 UNITA promete transformar Luanda em região metropolitana	24
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	25
6.1 Apima defende corte no preço de terrenos	25
6.2 Famílias do Panguila realojadas na Centralidade do Capari	25
6.3 Indústria do tijolo suplanta mercado de blocos de cimento em Luanda	26
6.4 Jovens recebem casas nos prédios do Zango	27
6.5 Mais de 100 famílias transferidas do Panguila para a centralidade do Capari	27
6.6 Imóveis recuperados pela PGR	29
6.7 Construção de 212 apartamentos cria ansiedade aos habitantes	29
6.8 Grupo privado anuncia construção de 550 casas	30
6.9 Edifícios recuperados pela PGR entregues aos primeiros beneficiários	31
7. TERRA	33
7.1 Apima defende corte no preço de terrenos	33

7.2	Famílias do Panguila realojadas na Centralidade do Capari	33
7.3	Benguela Drama dos desalojados das Salinas reacende com contornos de corrupção eleitoral	34
7.4	Mais de 100 famílias transferidas do Panguila para a centralidade do Capari	35
7.5	Cooperativas recebem terras aráveis em Mbanza Kongo	36
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	38
8.1	Moradores privados de água potável devido à ruptura	38
8.2	Canal do Cafu melhora vida das populações afectadas pela seca	38
8.3	Periferias do Huambo com mais água potável	40
8.4	N'Dalatando e Lucala bebem da mesma fonte	40
8.5	Centro de Ecologia aconselha a melhor reutilização das águas	41
8.6	Empresa de Limpeza de Luanda assina acordo com cooperativas	42
8.7	Habitantes pedem mais e melhores serviços sociais	42
9.	GÉNERO E VIOLENCIA	44
9.1	O bairro de Luanda que é um inferno da criminalidade	44
10.	AMBIENTE	45
10.1	Canal do Cafu melhora vida das populações afectadas pela seca	45
10.2	CVA tem USD dez milhões para minimizar efeitos da seca	46
10.3	Moradores do bairro Mandume pedem acção para travar ravinas	46
10.4	IDF anuncia campanha de povoamento florestal	47
11.	MINEIRA	48
12.	MIGRAÇÃO	48
13.	INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	48

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 MPLA prevê reduzir taxa de desemprego para 25 por cento

Jornal O País.

5 De Agosto de 2022

O anúncio foi feito, em Luanda, por Pedro Filipe, quadro sénior do MPLA que, no Governo actual, ocupa o cargo de secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social (MAPTSS).

Ao dissertar esta numa palestra sobre "O Programa de Empregabilidade na Redução da Taxa de Desemprego", no âmbito da 18ª edição do Campo Nacional de Férias dos Estudantes Universitários (CANFEU), o político reafirmou que o desafio do Executivo é reverter a taxa percentual de desemprego que se encontra acima dos 30 por cento.

De recordar que, o último relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE) revela que a taxa de desemprego, em Angola, é de 30,8 por cento, esclarecendo que, no primeiro trimestre de 2022, a população empregada aumentou 3% face ao quarto trimestre de 2021 e, conseqüentemente, a cultura e na caça.

Lamentou o facto de, mais de 5 milhões de pessoas se encontrarem desempregadas, numa população activa de mais de 16 milhões de habitantes, número que se agravou devido à pandemia da Covid-19.

Na sua óptica, a taxa de emprego formal deve ocupar 80 por cento da fasquia da empregabilidade. Com vista a mudar o quadro, revelou que 400 mil jovens poderão beneficiar de formação profissional, com cursos de qualidade, para a sua rápida inserção no mercado de trabalho.

Considera que o PMI e o PAPE reduziram a taxa de emprego no ramo da construção civil, com a distribuição de mais de 21 mil kits, permitindo que vários jovens pudessem, a partir do auto-emprego, sair da condição de desempregados.

O CANFEU, que se realiza em Luanda de 01 a 04 de Agosto, decorre sob o lema "Juventude Universitária' Unidos, Participemos nas Eleições Gerais".

2. MICROFINANÇAS

2.1 Crédito ao sector não financeiro cai 4,76 biliões de Kz no I semestre de 2022

Jornal Expansão

5 De Agosto de 2022

Texto: Joel Costa

O crédito bruto ao sector não financeiro em Angola caiu 1% para 4,76 biliões de Kz no I semestre de 2022, por comparação com o período homólogo do ano passado, de acordo com os cálculos do Expansão com base em dados publicados pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

A queda interrompe um ciclo de crescimento que durava há três primeiros semestres consecutivos, ou seja este indicador tem vindo a crescer neste período de 2019 a 2021.

O endividamento do sector privado (empresas privadas e particulares) caiu 0,66% para 4,37 biliões Kz em comparação com o mesmo período do ano passado mas mesmo assim representou 91,52% do total.

O endividamento do sector público tem vindo a cair desde o início de 2021, de forma lenta mas sustentada, o que significa um maior controlo na função e empresas públicas.

O ranking dos cinco que mais recebem crédito

O Expansão apurou que os quatro principais sectores privados e não financeiros que mais receberam crédito representam 56% de um total de 4,76 mil milhões Kz concedidos. São eles o sector do Comércio por Grosso e a Retalho e Reparação de Veículo Automóveis e Motociclos, um segundo que é a Construção, em terceiro vem a Indústria Transformadora e por fim um quarto em que o BNA agrega Agricultura, Caça, Floresta e Pescas. Se a este grupo juntarmos o crédito a particulares, constatamos que a quota do top cinco dos que mais receberam crédito a nível do sector não financeiro sobe para 74% do total.

A liderar o top cinco dos sectores que ficaram com a maior fatia do crédito a nível dos sectores não financeiro, no período em análise, estão os sectores do Comércio por grosso e a Retalho; Reparação de Veículo Auto- móveis e Motociclos com pouco mais de 1,2 biliões Kz que representam 25% do crédito ao sector não financeiro.

Na segunda posição deste ranking está o crédito a particulares que ficou com mais de 853 mil milhões Kz de crédito, valor que representa quase 18% do total. Na terceira posição está o sector da construção que absorveu o equivalente a 12,8% do crédito ao sector não financeiro ou seja pouco mais de 604 mil milhões Kz.

O quarto sector que mais crédito recebe entre os não financeiros é o sector da indústria transformadora que ficou com 11 % ou seja pouco mais de 526 mil milhões Kz. Na quinta posição desta o sector da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca com 7,5% ou seja 361 mil milhões Kz.

Sendo que os dois sectores da economia real que o País pretende dinamizar para substituir as importações, Agricultura e a Indústria transformadora representam 'apenas' 18,5% do crédito concedido ao sector não financeiro.

Cinco sectores não financeiros que menos receberam crédito oque mais recebeu foi a educação que ficou com 1,1% do total, seguem se os sectores da saúde humana e acção social e o sector imobiliário com 0,36 e 0,32% respectivamente que ocupam a segunda e terceira posição

Na quarta posição dos que menos recebem crédito no sector não financeiro estão os sectores de captação, tratamento e distribuição de água e saneamento com apenas 0,003%, porque 'uma actividades quase exclusivamente da responsabilidade do sector público, e por ultimo está o sector da cultura, artes e desporto que já receberam 0,0001% do total do crédito concedido as empresas do sector não financeiro, só recebeu 662,42 milhões Kz.

BNA diz que economia real já vale 19,65% do total Relativamente ao Sector Real, no mês de Junho de 2022, o crédito bruto ao sector não financeiro alocado a economia real somou 936,02 mil milhões de Kwanzas, representando 19,65% sobre o crédito total bruto do sector bancário

Comparativamente ao período do homólogo, registou-se um ligeiro decréscimo de 2,12 mil milhões de Kwanzas, afirma o BNA no seu relatório publicado no seu site nesta segunda-feira.

O crédito bruto concedido no âmbito dos Avisos do BNA de fomento ao sector real, totalizou 438,51 mil milhões de Kwanzas, o que correspondia a 46,85% do total de crédito ao sector real.

Endividamento do sector privado em queda

De acordo com o relatório, o endividamento do sector privado (empresas privadas e particulares)

registou uma redução de 29,22 mil milhares de Kwanzas (0,66%), ao passar de 4,40 biliões de Kwanzas em Junho de 2021, para 4,37 biliões de Kwanzas em Junho de 2022.

Ainda de acordo com o BNA o endividamento das empresas privadas não financeira [no Semestre] era correspondente a 3,52 biliões, com uma diminuição de 1,50 mil milhões de Kwanzas (0,04%).

Quanto ao endividamento dos particulares o BNA afirma que no final do I semestre de 2022 correspondia a 846,79 mil milhões de Kwanzas, com uma redução de 27,72 mil milhões de Kwanzas (3,17%).

Em termos do sector real, no período em análise, destaca-se as indústrias Transformadoras com 491,34 mil milhões de Kwanzas (52,49%), dos quais 334,71 mil milhões de Kwanzas (68,12%), correspondente ao crédito ao abrigo dos Avisos em destaque;

Segue-se a Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca com 336,96 mil milhares de Kwanzas (36,00%), sendo que, 30,74%, ou seja, 103,58 mil milhares de Kwanzas representava o Crédito concedido no âmbito dos Avisos do BNA sobre o fomento do crédito ao sector real Em terceiro estão as indústrias extractivas com 107,77 mil milhares de kwanzas (U,51 %).

2.2 Intervenção da ADRA

Jornal de Angola
9 De Agosto de 2022

Um total de 671 cidadãos, entre os quais 329 mulheres dos municípios da Caála, Longonjo, Bailundo e Huambo, beneficiou, no ano em curso, de micro-crédito por via das caixas comunitárias, revelou a directora provincial da ADRA.

Com este propósito, segundo Cidália Gomes, a ADRA tem disponíveis 24 milhões, 788 mil e 500 kwanzas para impulsionar pequenos negócios, devendo ser beneficiadas 2.524 pessoas, entre os quais 40 membros de associações e 24 de cooperativas agrícolas, como incentivo à produção.

Aumentar a intervenção e a participação das comunidades na definição de políticas públicas é um dos principais desafios da ADRA para os próximos anos, garantiu a directora no Huambo.

Cidália Gomes disse que a ONG, no quadro do novo paradigma político, social e económico, pretende aumentar o protagonismo das comunidades e trabalhar com as administrações municipais, no

sentido de tirar maior proveito na discussão dos programas públicos de incidência local.

Afirmou que o encontro com as comunidades, que tem sido promovido, é um espaço de interacção e diálogo entre os representantes das comunidades, apoiadas pela ADRA e o Estado. A ONG tem feito a mediação de concertações e posições estratégicas de desenvolvimento local.

Cidália Gomes reiterou que o encontro das comunidades constitui um momento privilegiado de advocacia social, debates de diversos assuntos do país, em particular aqueles relacionados com as políticas públicas de desenvolvimento rural.

Apoiar as comunidades nas actividades agro-pecuárias constitui um dos maiores focos além da capacitação em técnicas de produção mais sustentáveis, bem como o direito de cidadania, sobretudo nesta altura que se avizinham as eleições gerais.

2.3 Comerciantes no Zaire valorizam acções do Programa de Reconversão da Economia Informal

Jornal de Angola
11 De Agosto de 2022
Texto: Fernando Neto

Um total de 7.215 cidadãos, dos quais vendedores de bancadas, feirantes e ambulantes, a nível da província do Zaire, aguardam pelo reinício da atribuição de créditos, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI).

Ao Jornal de Angola, o chefe de Departamento de Promoção do Emprego e Fomento do Empresariado Nacional, órgão afecto ao Gabinete Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado do Zaire, Manuel André, avançou que, quatro vendedores, dos 7.215 cadastrados, a nível da província, beneficiaram de forma simbólica, no acto de lançamento do projecto, em Mbanza Kongo, do crédito de 300 mil kwanzas cada.

"Apenas foram entregues créditos avaliados em 300 mil kwanzas cada, a quatro vendedores no acto de lançamento do projecto em Maio, cuja continuidade aguarda pela avaliação das demais solicitações por uma equipa do Ministério da Economia e Planeamento que levou os processos à Luanda", disse.

O valor máximo para o crédito no âmbito do PREI é de 500 mil kwanzas a ser reembolsado num período de um ano.

De acordo com Manuel André, enquanto se aguarda pela avaliação das solicitações por parte do Ministério, os cidadãos cadastrados beneficiaram de formação em matéria de empreendedorismo e Certidão de Registo Comercial, um documento que legaliza o exercício da actividade dos vendedores, bem como um total de mil receberam telefones simples.

O PREI consiste na formalização, legalização e aumento do capital dos agentes económicos informais, sobretudo vendedores de bancadas, feirantes e ambulantes.

"O PREI visa ajudar aqueles vendedores de fuba, produtos alimentares e higiénicos, ao passo que, os funcionários públicos e agentes da ordem, na sua condição de assalariados, podem habilitar-se a outros programas de crédito junto aos bancos comerciais do país", aconselhou.

Manuel André esclareceu que, a implementação do PREI na região registou alguns constrangimentos, consubstanciados no registo de funcionários públicos e agentes da Polícia Nacional, ao invés do grupo alvo, nomeadamente vendedores de bancadas, feirantes e ambulantes.

"Os brigadistas que tinham a função de mobilizar vendedores e feirantes passaram uma informação errada à população, situação que levou, também, à corrida desenfreada de funcionários públicos e polícias ávidos pelo crédito, para começarem um negócio. Não houve a devida triagem, o que fez com que muitos vendedores ficassem de fora do processo", lamentou Manuel André, acrescentado que, apesar disso, todos os cadastrados (7.215) estão habilitados ao crédito, com excepção aos que solicitaram valor acima de 500 mil kwanzas.

Concretização

Apesar da morosidade no processamento e atribuição do crédito, os vendedores de bancadas, feirantes e ambulantes da "Praça da Corrida", localizada no bairro 11 de Novembro, na cidade de Mbanza Kongo, têm esperança em receber o referido crédito para poderem concretizar os seus projectos.

Suzana Ventura, 50 anos, ocupa uma das lojas da "Praça da Corrida", afirmou que aguarda pelo crédito e tem fé que o projecto vai ser efectivado pelo governo angolano, para acudir o sofrimento da população.

"Já recebi o telefone e a Certidão de Registo Comercial, para além de tratar o Número de Contribuinte Fiscal (NIF), falta apenas receber o crédito para poder ampliar o negócio e realizar outros projectos. Todos nós temos fé na concretização deste Programa do Governo angolano, por isso dedicamos mais de duas semanas a tratar a documentação exigida", disse.

2.4 Operadores económicos valorizam crédito cedido

Jornal Economia e Finanças

12 De Agosto de 2022

Texto: Fernando Neto

Um total de 7.215 cidadãos, dos quais vendedores de bancadas, feirantes e ambulantes, a nível da província do Zaire, aguardam pelo reinício da atribuição de créditos, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI).

Ao Jornal de Economia e Finanças, o chefe de Departamento de Promoção do Emprego e Fomento do Empresariado Nacional, órgão afecto ao Gabinete Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado do Zaire, Manuel André, avançou que, quatro vendedores, dos 7.215 cadastrados, a nível da província, beneficiaram de forma simbólica, no acto de lançamento do projecto, em Mbanza Kongo, do crédito de 300 mil kwanzas cada.

"Apenas foram entregues créditos avaliados em 300 mil kwanzas cada, a quatro vendedores no acto de lançamento do projecto em Maio, cuja continuidade aguarda pela avaliação das demais solicitações por uma equipa do Ministério da Economia e Planeamento que levou os processos a Luanda", disse.

O valor máximo para o crédito no âmbito do PREI é de 500 mil kwanzas a ser reembolsado num período de um ano.

De acordo com Manuel André, enquanto se aguarda pela avaliação das solicitações por parte do Ministério, os cidadãos cadastrados beneficiaram de formação em matéria de empreendedorismo e Certidão de Registo Comercial.

É o tecto máximo do crédito que é disponibilizado no quadro do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), em curso em todo o território nacional documento que legaliza o exercício da actividade dos vendedores, bem como um total de mil receberam telefones simples.

O PREI consiste na formalização, legalização e aumento do capital dos agentes económicos informais, sobretudo vendedores de bancadas, feirantes e ambulantes.

Carlos Chipoiá sublinhou que a produção do algodão não vai se restringir apenas na região da Baixa de Cassanje.

"O PREI visa ajudar aqueles vendedores de fuba, produtos alimentares e higiénicos, ao passo que, os funcionários públicos e agentes da ordem, na sua condição de assalariados, podem habilitar-se a outros programas de crédito junto aos bancos comerciais do país", aconselhou.

Manuel André esclareceu que, a implementação do PREI na região registou alguns constrangimentos, consubstanciados no registo de funcionários públicos e agentes da Polícia Nacional, ao invés do grupo alvo, nomeadamente vendedores de bancadas, feirantes e ambulantes.

"Os brigadistas que tinham a função de mobilizar vendedores e feirantes passaram uma informação errada à população, situação que levou, também, a uma corrida desenfreada de funcionários públicos e polícias ávidos pelo crédito, para começarem um negócio. Não houve a devida triagem, o que levou com que muitos vendedores ficassem de fora do processo", lamentou Manuel André, acrescentado que, apesar disso, todos cadastrados (7.215) estão habilitados ao crédito, com excepção aos que solicitaram valor acima de 500 mil kwanzas.

Concretização

Apesar da morosidade no processamento e atribuição do crédito, os vendedores de bancadas, feirantes e ambulantes da "Praça Corrida", localizada no bairro 11 de Novembro, na cidade de Mbanza Kongo, têm esperança em receber o referido crédito para poderem concretizar os seus projectos.

Suzana Ventura, 50 anos, ocupa uma das lojas da "Praça da Corrida", afirmou que aguarda pelo crédito e tem fé que o projecto vai ser efectivado pelo governo angolano, para acudir o sofrimento da população.

"Já recebi o telefone e a Certidão de Registo Comercial, para além de tratar o Número de Contribuinte Fiscal (NIF), falta apenas receber o crédito para poder ampliar o negócio e realizar outros projectos. Todos nós temos fé na concretização deste Programa do Governo angolano, por isso dedicamos mais de duas semanas a tratar a documentação exigida", disse. Para este desafio, o sector está a apostar em variedades diferentes e adaptáveis à actual realidade, criando mais rendimentos aos produtores familiares. j"

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Venda ilegal de combustível angolano fecha negócios na Namíbia

Jornal Expansão

5 De Agosto de 2022

Texto: Isabel Costa Bordalo

A importação ilegal de combustível barato de Angola está na origem do encerramento de postos de abastecimento na Namíbia, nas regiões fronteiriças de Ohangwena e Oshana, por não conseguirem competir com um negócio clandestino que prolifera, numa altura em que as apertadas margens "asfixiam" os retalhistas do país vizinho.

A venda do combustível angolano, mais barato do que nos países vizinhos por ser fortemente subsidiado pelo Estado, tem sido exacerbada pelos constantes aumentos dos preços do gasóleo e da gasolina na Namíbia. E, nos últimos meses, ganhou impulso com um instrutivo da Administração Geral Tributária (AGT), datado de Fevereiro, que autoriza o comércio de combustível, livre de impostos, aos residentes a menos de 10 quilómetros da fronteira, como noticiou o *Expansão* na edição de 22 de Julho.

A ameaça de um encerramento nacional dos postos de combustível levou o governo da Namíbia a aumentar em 50 cêntimos as margens dos concessionários e evitar uma grande crise de combustíveis no país. As alterações entraram em vigor, esta quarta-feira, 3 de Agosto, passando de 113 cêntimos para 163 cêntimos por litro, valor que fica aquém daquilo que os retalhistas dizem ser necessário e adequado para sobreviver à crise, como frisou o presidente da Associação de Combustíveis e Franquias da Namíbia (FAFA), Hendrick Kruger, ao jornal económico *The Brief*.

O Instrutivo 001/2022 da AGT permite a todos os cidadãos que residam em Angola, a 10 quilómetros da fronteira, a compra de até 20 litros semanais de gasolina e 20 litros de petróleo e a posterior venda nos países vizinhos' onde chegam a custar quatro vezes mais, como no caso da Zâmbia. Este negócio é livre de taxas e impostos e não está sujeito às regras e procedimentos aplicados aos exportadores certificados, que pagam mais 230,5% sobre o preço da gasolina aplicado em Angola, o que faria disparar o litro da gasolina para 528,8 Kz. Ainda assim, este valor é inferior ao preço tabelado Namíbia.

Indiferença do governo

Na Namíbia, um contentor de 25 litros de gasolina angolana é vendida no mercado negro a 400 dólares namibianos (o equivalente a 10.270 Kz) e 320 dólares namibianos no caso do gasóleo (8.216 Kz). Contas feitas, isto equivale a 410,83 Kz por litro da gasolina, 28% a menos do que os 571 Kz que um namibiano paga num posto de abastecimento oficial.

Face a esta diferença de preços, a venda e importação ilegal de combustível angolano na Namíbia tomou proporções gigantescas. "Alguns veículos namibianos atravessam para Angola numa base diária para encher os seus carros, enquanto outros enchem bidons para vender no mercado negro", escreve o jornal *The Namibian*, que falou com alguns proprietários de postos de abastecimento que tiveram de encerrar. É o caso de Jafet Kadila, em Engela, região de Ohangwena, que teve de dispensar 25 empregados, após quase sete anos de porta aberta.

Kabila queixa-se de indiferença do governo, apesar de o assunto constar nas queixas que a Associação de Combustíveis e Franquias da Namíbia tem feito. "O ministro disse negligentemente que não é da responsabilidade do governo impedir o contrabando, uma vez que não pediu a ninguém para solicitar uma licença de combustível", alega Jafet Kadila.

Prender os culpados

Também Pax Shigwedha, que geria uma das primeiras estações de serviço, conhecida como Jambolongondjo, na região de Ohangwena, não aguentou a concorrência desleal e fechou as portas, face à proliferação de vendedores ilegais de combustíveis que se aglomeram nas imediações do seu posto de abastecimento.

"Alguns proprietários de bakkie [carrinhas comerciais] até modificaram os tanques dos seus veículos para poderem encher mais em Angola. Podem ir a Angola quantas vezes por dia se quiserem e ninguém os questiona", denuncia

Este negócio tornou-se tão rentável que até polícias e funcionários dos serviços de imigração estão envolvidos, numa "espécie de sindicato" para a importação de combustível de Angola, relata o jornal.

O porta-voz do Ministério das Minas e Energia, Andreas Simon, admite que o ministro da tutela, Tom Alweendo, tem um relatório com recomendações em cima da mesa, após uma delegação de alto nível do sector ter reunido nesta região fronteiriça para encontrar soluções.

O problema precisa de "uma abordagem multifacetada", defende Simon, salientando que a polícia deve "prender os culpados, confiscar os seus bens e acusá-los de violação da lei".

3.2 Moradores e vendedores ambulantes fazem negócios

Jornal Luanda

8 De Agosto de 2022

A PEREGRINAÇÃO à Mamã Muxima tal como qualquer actividade que congrega inúmeras pessoas, é vista por alguns cidadãos como uma oportunidade de negócios.

Os moradores da Vila da Muxima, no município da Quiçama, aproveitam no máximo os dias da peregrinação para alugarem as suas residências, quintais e outros locais para facturarem.

Marta Norberto, moradora da Vila da Muxima, colocou a sua residência à disposição dos peregrinos que pretendessem fazer as suas necessidades vitais e higiene pessoal.

Ela disse ao JML que cobrava 200 Kwanzas por cada pessoa que pretendesse urinar, 300 para defecar e 500 para tomar banho.

Durante os dias da peregrinação, a moradora facturou 78.600 Kwanzas, pois a sua residência, que está próximo do pátio do Santuário da Mamã Muxima, foi bastante solicitada pelos peregrinos que pernoveram ali durante a romaria.

'Alugo a minha casa para ganhar um pouco mais de dinheiro, superior àquilo que ganho com as vendas de produtos do campo'.

De 40 anos de idade, Celeste Hebo, residente em Catete, todos os anos aproveita a peregrinação à Mamã Muxima para fazer negócios. Deixa os seus filhos menores aos cuidados do pai e desloca-se à Vila da Muxima para vender refeições aos peregrinos

Nas vendas, Celeste chega a ganhar por dia, mais de 20 mil Kwanzas.

'Nesta fase, as pessoas concentram-se e têm sempre necessidade de comer alguma coisa. Por isso, venho para aqui fazer esse negócio'.

Outra senhora que vê a peregrinação à Muxima como oportunidade para facturar é Lucrecia Lopes, moradora do Zango, no município de Viana.

Desempregada, Lucrecia tem uma bancada recheada de produtos diversos. Desde o princípio da peregrinação está na Vila da Muxima em casa de familiares. Ali montou uma banca e vendeu sumos naturais, sandes, kissangua e bombó com ginguba.

Lucrecia herdou um negócio antigo que aprendeu com a mãe que é descendente da Quiçama 'Estou desempregada desde o Início da pandemia da Covid-19. Mas, com o pouco que ganho consigo suportar algumas despesas', explicou.

Salomão Salazar, que esteve na romaria na companhia da esposa, considera a atitude das senhoras oportuna, por haver poucas alternativas na Vila da Muxima

A sua esposa Carlota Nguve louvou a iniciativa de alguns moradores que na altura da peregrinação transformaram as suas residências em hospedarias pois Vila da Muxima tem apenas duas unidades hoteleiras Insuficiente para atender o número de fiéis católicos e não só

Pela capacidade limitada de albergues os peregrinos pernoveram em tendas e fazem as refeições em barracas montadas em quase toda a extensão da Vila. Muitos também optam por cozinhar as suas refeições junto das tendas.

No santuário da Muxima não são só os crentes e os moradores que ficam satisfeitos. Os vendedores ambulantes também aproveitam para vender os seus produtos Quando se trata de compras os fiéis compram preferencialmente recordações como panos camisolas estampadas com Imagens e frases como 'Mamã Muxima rogai por nós', Mama Muxima liberta a nossa Família

Mateus de Oliveira vendedor ambulante agradeceu a Mamã Muxima pela graça de poder vender 120 panos. 60 camisolas e outros artigos religiosos algo que não conseguia fazer em dois dias na cidade de Luanda.

Quem também facturou com a peregrinação foi a anciã Albertina Samuel t de 75 anos. Durante a peregrinação teve lucros no valor de 220 mil Kwanzas com a venda de alimentos e bebidas. 'Gostaria que todos os meses houvesse peregrinação. A Mamã Muxima abençoou-me e ganhei este dinheiro' exprimiu.

3.3 Comerciantes no Zaire valorizam acções do Programa de Reconversão da Economia Informal

Jornal de Angola

11 De Agosto de 2022

Texto: Fernando Neto

Um total de 7.215 cidadãos, dos quais vendedores de bancadas, feirantes e ambulantes, a nível da província do Zaire, aguardam pelo reinício da atribuição de créditos, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI).

Ao Jornal de Angola, o chefe de Departamento de Promoção do Emprego e Fomento do Empresariado Nacional, órgão afecto ao Gabinete Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado do Zaire, Manuel André, avançou que, quatro vendedores, dos 7.215 cadastrados, a nível da província, beneficiaram de forma simbólica, no acto de lançamento do projecto, em Mbanza Kongo, do crédito de 300 mil kwanzas cada.

"Apenas foram entregues créditos avaliados em 300 mil kwanzas cada, a quatro vendedores no acto de lançamento do projecto em Maio, cuja continuidade aguarda pela avaliação das demais solicitações por uma equipa do Ministério da Economia e Planeamento que levou os processos à Luanda", disse.

O valor máximo para o crédito no âmbito do PREI é de 500 mil kwanzas a ser reembolsado num período de um ano.

De acordo com Manuel André, enquanto se aguarda pela avaliação das solicitações por parte do Ministério, os cidadãos cadastrados beneficiaram de formação em matéria de empreendedorismo e Certidão de Registo Comercial, um documento que legaliza o exercício da actividade dos vendedores, bem como um total de mil receberam telefones simples.

O PREI consiste na formalização, legalização e aumento do capital dos agentes económicos informais, sobretudo vendedores de bancadas, feirantes e ambulantes.

"O PREI visa ajudar aqueles vendedores de fuba, produtos alimentares e higiénicos, ao passo que, os funcionários públicos e agentes da ordem, na sua condição de assalariados, podem habilitar-se a outros programas de crédito junto aos bancos comerciais do país", aconselhou.

Manuel André esclareceu que, a implementação do PREI na região registou alguns constrangimentos, consubstanciados no registo de funcionários públicos e agentes da Polícia Nacional, ao invés do grupo alvo, nomeadamente vendedores de bancadas, feirantes e ambulantes.

"Os brigadistas que tinham a função de mobilizar vendedores e feirantes passaram uma informação errada à população, situação que levou, também, à corrida desenfreada de funcionários públicos e polícias ávidos pelo crédito, para começarem um negócio. Não houve a devida triagem, o que fez com que muitos vendedores ficassem de fora do processo", lamentou Manuel André, acrescentado que, apesar disso, todos os cadastrados (7.215) estão habilitados ao crédito, com excepção aos que solicitaram valor acima de 500 mil kwanzas.

Concretização

Apesar da morosidade no processamento e atribuição do crédito, os vendedores de bancadas, feirantes e ambulantes da "Praça da Corrida", localizada no bairro 11 de Novembro, na cidade de Mbanza Kongo, têm esperança em receber o referido crédito para poderem concretizar os seus projectos.

Suzana Ventura, 50 anos, ocupa uma das lojas da "Praça da Corrida", afirmou que aguarda pelo crédito e tem fé que o projecto vai ser efectivado pelo governo angolano, para acudir o sofrimento da população.

"Já recebi o telefone e a Certidão de Registo Comercial, para além de tratar o Número de Contribuinte Fiscal (NIF), falta apenas receber o crédito para poder ampliar o negócio e realizar outros projectos. Todos nós temos fé na concretização deste Programa do Governo angolano, por isso dedicamos mais de duas semanas a tratar a documentação exigida", disse.

3.4 Biscates ganham espaço em Luanda e desemprego é a principal causa

Jornal Expansão

12 De Agosto de 2022

Texto: Graciete Xavier

Vivem, na sua maioria, na periferia da cidade. Saltam da cama nas primeiras horas do dia em busca de um meio para a sua subsistência e da família. São homens e mulheres desempregados, que há poucos ou muitos anos percorrem longas distâncias em busca de

trabalho, de qualquer natureza, com o objectivo de ganhar algum dinheiro.

Em Luanda, são conhecidos como biscateiros pelo facto de fazerem pequenos serviços ocasionais, geralmente de natureza informal, a troco de remuneração, muito baixa, na maioria, de acordo com a natureza do serviço proposto. Mas há também quem o faça a troco de comida.

O número elevado de jovens sem formação académica e profissional e a falta de empregos fazem com que, a exemplo do que sucede um pouco por todo o país, cada vez mais pessoas recorram a biscates como forma de ganhar a vida

Alguns estão localizados nos mercados informais (praças), nas ruas e em alguns pontos estratégicos. Outros preferem deambular por várias ruas e, porta a porta, procuram trabalho. Por pior que seja, ou mal pago, o importante é chegar ao final do dia com alguns trocos no bolso.

Entre os serviços requisitados, as mulheres dedicam-se maioritariamente a trabalhos domésticos, que consistem em lavar, engomar, cozinhar e arrumar a casa. A maior parte das entrevistadas trabalhavam como domésticas, mas foram despedidas por causa do contexto da pandemia da Covid-19. Outras nem tiveram de esperar pela crise pandémica para entrar nas estatísticas do desemprego, pois a crise financeira fez o trabalho completo e há muito que ficaram sem fonte de rendimento.

Já ninguém contrata

Numa das ruas do distrito Neves Bendinha, o Expansão encontrou Nelsa. Com um balde cheio de água nas mãos, abriu a porta para despejar a água com que acabava de limpar o chão da primeira casa onde trabalhou nesta terça-feira. Pouco depois das 11h00 já tinha arrumado uma casa de três quartos, sala e banheiro, trabalho que lhe rendeu apenas 1.000 Kz.

Nelsa, que é mãe de dois filhos, de 8 e 11 anos, diz que o pai das crianças não ajuda em nada e como elas já estão em idade escolar começou a procurar trabalho como doméstica durante todo mês, mas só encontrou biscates e, como diarista, termo que vem do Brasil, consegue uns trocados com os quais põe comida na mesa e prepara os filhos para o regresso às aulas.

"Aqui, nos bairros, já não há patroa que esteja a contratarem- pregada para trabalhar durante um mês, porque o salário no mínimo é de 40 mil Kz e elas dizem que não têm dinheiro para pagar. A única coisa que resta é contratar moças para fazerem os serviços

e receberem por dia. Eu trabalho, por exemplo, nesta casa como arrumadeira e ganho 1.000 Kz. Isso acontece duas vezes por semana, mas também trabalho noutra casa, onde lavo roupa de 5 pessoas e recebo 2.000 Kz. Praticamente já tenho um contrato com elas e ligam para mim assim que precisam", explicou.

A nossa reportagem esteve no sector 5 do Bairro Palanca, numa zona que está entre o bairro Pai anca e o Bairro Popular, chamado Anangola. Um local conhecido pelos níveis altos de pobreza e delinquência, mas também onde a maior parte das pessoas se dedica a realizar estes trabalhos ocasionais.

Contar com a sorte

À entrada do bairro Anangola, chama a atenção o número elevado de crianças, a partir dos primeiros meses de vida, espalhadas pela rua sem a supervisão de um adulto. Esquadra policial, escola ou hospital são infraestruturas que não existem no bairro. Um olhar atento às poucas ruas do bairro leva a crer que qualquer projecto do Governo ligado ao combate à pobreza não faz ali morada. E a sorte é um elemento determinante para quem vive na zona escapar à delinquência ou ao infortúnio.

É neste bairro que encontramos a tia Guida, idosa de 65 anos e engomadeira desde a jovem viúva e mãe de um filho já com idade adulta (mas que não trabalha por ter problemas de saúde), a tia Guida vive numa casa de chapa, sem canalização, electricidade ou algum eletrodoméstico básico.

"Menina, menina, está à procura de pessoa para engomar?"

A pergunta é atirada sempre que passa uma pessoa pela rua. É assim que tia Guida, normalmente, angaria os serviços.

A idosa, que apesar da idade tem de trabalhar por não ter outras fontes de rendimento, disse que engoma em duas casas para receber 2.000 Kz por um dia inteiro de trabalho, dinheiro que assegura a refeição à mesa.

"Com o bocado que ganho compro fuba de milho, peixe, to- mate e carvão, para não cozinhar na lenha. O dinheiro que nos pagam depende muito do coração da patroa. Tem patroa que te manda engomar muita roupa, mas paga pouco. Se encontrar uma com o coração bom vai pagar bem", conta.

Afonso, de 22 anos, fica sentado à porta de uma agência de gás, em Viana, à espera que o camião chegue para ser um dos escolhidos para descarregar as garrafas de gás. Como ele, há outros tantos à espera que os olhos do dono da agência batam nos

dele e seja um dos escolhidos para ganhar 1.500 Kz. Em média, são selecionados só dois jovens. Um fica em cima do camião e outro em baixo, a receber as garrafas, que depois descarrega dentro da agência de gás.

De megafone na mão

Nando anda pelas ruas com um megafone na mão a anunciar os seus serviços. Conserta electrodomésticos há algum tempo, mas por falta de trabalho formal decidiu ir atrás do ganha-pão. Pelas suas mãos passam máquinas de lavar, ferros de engomar, fogões, televisores, entre outros electrodomésticos que ganham nova vida quando lhes pega.

No mercado dos congolenses o Expansão encontrou vários grupos de jovens agrupados defronte dos armazéns à espera que camiões com mercadorias cheguem para descarregar. Alguns quietos, e não muito animados por ainda não ter aparecido nenhum, ficam à espera. Outros arriscam outros serviços como carregar mercadorias de quem às compras entre o armazém e o carro. Quando o camião chega, gera-se confusão e o alvoroço toma conta do espaço.

O balanço dos dias diaristas ou dos biscateiros nunca é o mesmo, nem é certo que chega ao fim com proveitos. Dependendo do trabalho, os biscateiros conseguem ganhar entre 10 mil kz a 30 mil kwanzas, por mês dinheiro que não chega para assegurar o básico na mesa. Quem reúne um pouco mais de 30 mil kz, por mês, consegue separar algum para ir ao mercado do kikolo, comprar sabão, omo ou até mesmo lapiseira e borrachas, produtos que depois vende em mercados mais pequenos, perto de casa, e assim faz multiplicar pouco dinheiro que leva para casa.

3.5 Quase 80% das pessoas empregadas estão no sector informal

Novo Jornal

19 De Agosto de 2022

Texto: Dulcineia Lafua

Sector informal continua a mandar na taxa de empregabilidade no País, mostram as novas projecções do Instituto Nacional de Estatística, divulgadas esta semana, que fixam em 79,3% a taxa do emprego informal. No mesmo período, a maioria dos empregados informais trabalhou por conta própria, representando 49,5%.

A maioria da força de trabalho em Angola, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), encontra-se

no sector informal, que cobre 79,3% de trabalhadores inseridos em vários sectores. Os dados do INE, referentes ao II trimestre de 2022, mostram ainda que as taxas de emprego informal são maior na área rural do que na urbana, 95,0% e 65,4%, respectivamente.

Os números, constantes da Folha de Informação Rápida (FIR) do Inquérito ao Emprego em Angola (IEA), a que o Novo Jornal teve acesso, indicam, igualmente, que a maioria dos empregados no sector informal (serviços exercidos por trabalhadores que não possuem vínculos com uma empresa, não obtendo, dessa forma, direito aos benefícios e proteções sociais) são trabalhadores por conta própria, com 49,5%, seguidos por trabalhadores familiares, com 29,8%, e trabalhadores para o consumo próprio, 12,2%.

Quanto à população empregada e à taxa de emprego, o documento, que faz referência ao período entre os meses de Abril e Junho de 2022, estima a população empregue ao primeiro trimestre de 2022, estimada em 62,5%.

No segundo trimestre, um pouco mais da metade (53,2%) da população empregada encontrou-se no sector da Agricultura, produção, animal, caça, floresta e pesca, seguido do comércio, por grosso e a retalho, com 19,1%. O sector que menos emprega é o de actividades financeiras, imobiliária e de consultoria.

Em sentido inverso, a taxa de desemprego situou-se nos 30,2% no segundo trimestre de 2022, registando uma melhoria, depois de, no trimestre anterior, se ter situado nos 30,8%. Os números apontam que a taxa de desemprego esteve mais acentuada nas mulheres 31,9%, comparando com os homens 28,3% (diferença de 3,6 pontos percentuais). A taxa de desemprego na área urbana (40,0%) é cerca de três vezes superior à da área rural (14,3%), com uma diferença de 25,7%.

Os resultados do IEA apresentados nesta Folha de Informação Rápida, segundo o INE, servirão de suporte à monitoria dos indicadores sobre emprego e desemprego, assim como para sustentar a formulação de políticas macroeconómicas e avaliação dos programas sociais, em particular sobre a criação de emprego e redução da pobreza em Angola. A próxima edição da FIR, referente ao III trimestre de 2022, será disponibilizada na segunda quinzena de Novembro de 2022.

3.6 Mercados dos Kwanzas, Kicolo e KM 30 abastecem Luanda

Jornal de Angola

24 De Agosto de 2022

Texto: Pedro Fernandes

Os mercados do Kicolo, do KM 30 e dos Kwanzas revelam-se os principais focos de recepção e venda de produtos do campo, que regista variedade considerável.

É visível a variedade de frutas no mercado dos Kwanzas, um ponto importante de abastecimento a pequenos comerciantes que, por sua vez, abastecem os mercados de dimensão menor, como o da Vidrul e do Panguila.

José Paulo, o motorista de camião entrevistado no mercado do Kicolo pela equipa de reportagem do Jornal de Angola garante que o nível de produtos do campo na província do Zaire, local de onde saem os seus fretes, é considerável.

"É necessário ter noção da quantidade e variedade de produtos cultivados no interior do país. Bem aproveitados, não teríamos necessidade de importação de produtos básicos como a banana, mamão, melancia, milho e outros cereais. É realmente satisfatória a produção local", refere o motorista com produtos provenientes da província do Zaire.

3.7 Moto taxistas inseridos no PAPE passam a gerir o próprio negócio

Jornal de Angola

24 De Agosto de 2022

Texto: Edivaldo Cristóvão

Mais de 600 jovens da província de Luanda, que fazem o serviço de moto-táxi, deixaram de trabalhar por conta de outrem e passaram a gerir, actualmente, o seu próprio negócio, depois de terem beneficiado cada de uma motorizada, através de um micro-crédito, no quadro do Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE).

Além de receberem as motorizadas, os jovens beneficiaram de formação profissional e acesso ao Cartão de Contribuinte, inscrição na Segurança Social, carteira profissional e licença para o exercício da actividade de moto-táxi.

Os beneficiários receberam, ainda, um kit de segurança do serviço de moto-táxi, composto por sistema de GPS, capacete, colete e uma camisola.

Essa nova modalidade de trabalho para os moto taxistas foi firmada, através de um acordo entre o Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFOP), gestor do PAPE, e a Associação de Motoqueiros e Transportadores de Angola (AMOTRANG).

Entre os beneficiários deste programa está Sara João, de 23 anos, moradora da zona do Benfica, que exerce a actividade de moto taxista, há cinco anos. A sua trajectória profissional começou com uma motorizada própria, mas que já precisava de ser substituída, dado o mau estado de conservação.

Sara João aderiu ao PAPE, por intermédio da AMOTRANG, depois de ter participado numa acção formativa. "Com essa oportunidade, sinto que o meu sonho começa a ser realizado. Vou procurar trabalhar cada vez mais para fazer crescer o negócio e criar mais empregos", disse.

Sara aconselha outros jovens a inscreverem-se nos programas do PAPE, por ser uma porta aberta para mudar as condições de vida de quem acredita em vencer.

Actualmente, a jovem, por causa da dedicação ao trabalho, mereceu a confiança para assumir o cargo de secretária provincial da AMOTRANG.

Sara João, por norma, transporta passageiros entre o Benfica e Futungo, embora, às vezes, chegue a entrar para zonas nos arredores dos dois bairros. Por dia, a jovem consegue embolsar, em média, 12 mil kwanzas. A paixão pela motorizada surgiu de forma espontânea, quando via outras pessoas a conduzir. Por isso, pediu a um amigo para ensiná-la e, até, hoje, não mais quer largar o veículo motorizado de duas rodas.

Embora reconheça que o exercício da actividade de moto taxista para mulheres, além de constituir, ainda, um tabu na sociedade angolana, Sara João esclarece que a necessidade de trabalhar falou mais alto, principalmente porque tinha de pagar os estudos da irmã e resolver as necessidades básicas.

A jovem conta que nunca sofreu qualquer acidente, porque procura sempre conduzir com muita prudência, respeitando sempre os limites de velocidade.

Novo impulso à vida

Outro beneficiário do projecto é Mateus Dias, morador do município de Cacuo. De 38 anos, oito dos quais dedicados ao serviço de moto-táxi. O jovem, antes, trabalhava para outra pessoa, com quem dividia os 12 mil kwanzas diários, o que

dificultava a satisfação total das necessidades da família. Depois de muitos anos de aperto, ouviu falar do PAPE e decidiu inscrever-se. "Comecei com uma formação de três dias, que incluía noções sobre empreendedorismo e recebi instruções para ter uma conduta mais digna na estrada, de modo a evitar acidentes, que têm sido uma das principais causas de mortes no país", revelou.

A viver com a esposa e dois filhos, Mateus considerou que o apoio do PAPE vai dar um grande impulso à sua vida, principalmente no que diz respeito às questões relacionadas com as despesas da família.

"Estou satisfeito com o programa, espero que continue, para apoiar mais jovens que precisam de melhorar a sua condição de vida", disse Mateus Dias.

Um dos representantes da AMOTRANG, Euclides Terra Viera, de 31 anos, esclareceu que começou a exercer a actividade de moto-táxi, quando era ainda, praticamente, um adolescente.

Em função dos ganhos que espera com a actividade, nessa nova fase, agradeceu ao Executivo, ao criar o PAPE, que lhe dá a oportunidade de trabalhar por conta própria. "O esforço do Executivo é salutar, porque muitos de nós vive em casa de renda, sem grandes condições de vida e trabalhamos para outras pessoas. Com isso, a nossa renda vai aumentar e, consequentemente, estaremos menos apertados para sustentar a família", anteviu.

O moto-taxista Terra Vieira promete cumprir com os requisitos exigidos pelo PAPE, para que esse projecto se desenvolva cada vez mais e beneficie outros cidadãos como ele.

Alinhamento dos projectos sociais

O director-geral do INEFOP, Manuel Mbangui, considerou que a distribuição de motorizadas de duas e três rodas faz parte de um conjunto de acções que visa garantir aos moto-taxistas um trabalho com maior dignidade e responsabilidade, no sentido de não ajudar a reduzir a sinistralidade rodoviária, mas de participarem no processo produtivo do país.

Manuel Mbangui salienta que o programa permite que os moto-taxistas façam a gestão do seu próprio negócio, sem depender de patrões. Uma das medidas apontadas no programa, para a formalização do trabalho dos moto-taxistas, além da dignidade, é a ideia de se diminuir o elevado índice de mortes nesta profissão. Por esse motivo, o projecto engloba também aulas sobre o Código de Estrada.

O objectivo do PAPE, frisou o director-geral do INEFOP, é criar formas de acelerar o processo da criação de mais empregos.

Para o efeito, realçou que vão ser, também, licenciadas profissões de grande empregabilidade, com destaque para os taxistas, empregados domésticos, floristas, agricultores e prestadores de serviços, que se encontram na condição de trabalhadores informais.

O director-geral do INEFOP destacou que o PAPE está com inovações, que consistem na formalização de actividades profissionais, ou seja, a garantia da legalização dos empreendedores, por via de apoio institucional sem burocracias.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Orçamento participativo promove o desenvolvimento comunitário

Jornal de Angola

9 De Agosto de 2022

Texto: Marcelino Wambo

O aumento do nível de informação e sensibilização dos cidadãos sobre o orçamento participativo é das principais premissas e passos a seguir para promover as competências da boa governação afirmou, segunda (8), na cidade do Huambo, a directora da organização não-governamental Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) na província.

Cidália Gomes referiu que a iniciativa visa contribuir para o crescimento económico e desenvolvimento social, por meio de uma participação inclusiva, heterogénea e efectiva da sociedade civil no processo de governação e passos que conduzam à implementação das autárquicas locais.

"O Orçamento Participativo é uma ferramenta que o Executivo angolano adoptou no processo de desconcentração e descentralização administrativa para torná-lo mais participativo, quer seja a nível de elaboração, quer de implementação", disse.

O Decreto presidencial 234/19, de 22 de Julho, apresenta o orçamento participativo da Administração e dos municípios geridos com a participação activa dos membros das comissões de gestão, constituídos por representantes da sociedade civil com capacidade de identificar os problemas e definir propriedades.

Para este exercício, afirmou Cidália Gomes, o Governo disponibiliza, anualmente, 25 milhões de kwanzas para implementação de projectos considerados prioritários para as populações.

Considerou uma realidade nova que, aos poucos, faz com que os principais actores tomem consciência da existência da rubrica dos municípios, que consiste na verba que é inscrita no orçamento da administração.

O reforço da sociedade civil, em particular dos grupos sub-representados por mulheres e jovens, na

tomada de decisões nesta plataforma pode contribuir, positivamente, para a melhoria do quadro legislativo de governação participativa, disse.

A nível da província do Huambo, esclareceu, a ADRA tem conhecimento da criação das comissões de gestão nos municípios seleccionados, designadamente Huambo, Caála, Longonjo e Bailundo, onde a experiência permitiu aproximar, cada vez mais, os governantes dos governados para gestão da coisa pública e promover o bem-estar. A título de exemplo, referiu, nas comissões de gestão criadas naqueles municípios, muitos membros fazem parte das cooperativas que a quem a ADRA presta apoio, além dos representantes de moradores.

Cidália Gomes realçou que o orçamento participativo, sendo um mecanismo governamental de democracia participativa, deve permitir aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimento de prefeituras municipais, através de processos de participação da comunidade.

O Governo consulta a população, a partir de reuniões abertas à sociedade, sobre as suas demandas prioritárias, o que inclui na Lei Orçamental Anual.

Cidália Gomes sublinhou que os Decretos Presidenciais 235/19 e 234/19 instituem os eixos em que os projectos devem ser seleccionados pela comunidade que, por sua vez, elege a "pauta de demandas" e selecciona, de acordo com critérios, as prioridades que devem ser acolhidas pelas autoridades da administração municipal.

Considerou fundamental a defesa da democracia, o asseguramento e incentivo à participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil dos problemas nacionais, por constituírem os princípios para um melhor equilíbrio.

A directora da ADRA no Huambo lembrou que o Ministério das Finanças tem a responsabilidade de reger e coordenar as finanças do Estado, contando sempre com a participação activa de cada cidadão para se pode alcançar os melhores resultados, seja no planeamento, na execução ou na fiscalização.

Província tem quatro municípios seleccionados

Durante o processo de auscultação das comunidades para a elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE), no ano passado, a ADRA foi uma das instituições que tinha sido seleccionada para ajudar o Ministério da Administração do Território (MAT) a desencadear o processo de elaboração, decorrido em 22 municípios do país.

A nível da província do Huambo, foram contemplados os municípios do Huambo, Caála, Longonjo e Bailundo. Entre várias preocupações apresentadas durante a auscultação, destaca-se a definição, pelos membros das comissões, dos problemas prioritários. O processo decorreu de forma livre, aberta e sem quaisquer influências dos responsáveis das administrações municipais.

Cidália Gomes esclareceu que, em cada município, foram seleccionados, de acordo com a ordem de prioridades, pelo menos 10 preocupações levantadas pelos membros das comissões da sociedade civil, no sentido de merecer o devido cumprimento, a favor das comunidades.

Na constatação feita a nível dos municípios, disse, uma das primeiras preocupações levantadas são do sector da Saúde, devido à falta de assistência médica e medicamentosa, transporte para a evacuação de doentes, principalmente mulheres grávidas em serviço de partos complicados.

Escassez de medicamentos

Alguns cidadãos contactados pelo Jornal de Angola afirmaram que, apesar de serem visíveis, as quantidades dos medicamentos nas unidades sanitárias não satisfazem a procura, sobretudo os fármacos para doenças como a malária, diarreias agudas e intestinais, que são constantes.

Os entrevistados reconhecem ter havido, da parte do Executivo, muitos investimentos em infra-estruturas sanitárias, escolares e outras de interesse social, graças ao processo de auscultação, que tem permitido aos cidadãos manifestar, junto das autoridades, as principais preocupações e necessidades.

"A afluência de doentes nas unidades sanitárias é sinónimo de que existe maior défice de assistência na componente preventiva", reclamaram os cidadãos Óscar Francisco Livamba, Anastácio Pakete, Délcia Olímpio e Aurora Nimba Catolo. Eles gostariam de ver melhorias no sector da Saúde, sobretudo no âmbito do orçamento participativo.

No sector da Agricultura, foram apontados a falta de fertilizantes, sementes melhoradas, sistemas de irrigação como as principais preocupações, além do mau estado das estradas. Não têm dúvidas de que, com boas estradas, estar-se-ia a melhorar o escoamento de produtos do campo para a cidade.

"Muitos funcionários possuem meios de transporte, mas as condições das vias de acesso não facilitam e é por isso que até para estas localidades não há transportes públicos, nomeadamente autocarros,

devido ao mau estado das estradas", disse a directora provincial da ADRA.

Cidália Gomes sublinhou que as populações, a nível das comunidades, percebem que "não existe desenvolvimento na agricultura, educação e outros sectores da vida social e económica sem estradas em condições".

Ainda na componente agrícola, a correcção dos solos com calcário constitui outra necessidade apresentada pelos cidadãos entrevistados pelo Jornal de Angola, que querem ver as condições das suas terras melhoradas para aumentar a produção e a produtividade.

Solicitaram, com efeito, a intervenção do Instituto de Investigação Agronómica (IIA) e outras instituições no que tange, principalmente, às sementes melhoradas e assistência técnica.

Necessidade de acomodação de professores nas comunas e aldeias

Os cidadãos contactados pelo Jornal de Angola defenderam, igualmente, a participação das comunidades na elaboração de projectos ligados à Educação para que seja defendida, por exemplo, a criação de condições de acomodação para professores e enfermeiros nas comunas, aldeias, sectores e ombalas.

Com a criação daquelas condições, disseram, os professores vão poder exercer as actividades da melhor forma possível e com mais dignidade.

A energia e água constituíram, para o município do Huambo e os demais, prioridades no âmbito das preocupações apresentadas pelas comunidades nas assembleias de auscultação e elaboração de projectos sociais.

Assistência social

Durante a auscultação, no quadro do orçamento participativo, os representantes das comissões de moradores e sociedade civil, defenderam a necessidade da assistência social nos momentos críticos, disse a directora da ADRA.

Cidália Gomes referiu, a título de exemplo, que a estiagem, bem como o surgimento da pandemia da Covid-19, provocaram escassez de alimentos nas comunidades, o que afectou os grupos mais vulneráveis, como crianças, idosos, deficientes e mulheres grávidas. Considerou, com efeito, que a elaboração de orçamentos por cidadãos que não conhecem a realidade dos povos nas aldeias ou sem a

participação dos munícipes é contraditório, porquanto nunca haveria o princípio de equilíbrio.

Referiu que, no orçamento de 2022, a prioridade recaiu para a conclusão das obras anteriormente paralisadas, para mitigar o sofrimento das populações.

Intervenção da ADRA

Um total de 671 cidadãos, entre os quais 329 mulheres dos municípios da Caála, Longonjo, Bailundo e Huambo, beneficiou, no ano em curso, de micro-crédito por via das caixas comunitárias, revelou a directora provincial da ADRA.

Com este propósito, segundo Cidália Gomes, a ADRA tem disponíveis 24 milhões, 788 mil e 500 kwanzas para impulsionar pequenos negócios, devendo ser beneficiadas 2.524 pessoas, entre os quais 40 membros de associações e 24 de cooperativas agrícolas, como incentivo à produção.

Aumentar a intervenção e a participação das comunidades na definição de políticas públicas é um dos principais desafios da ADRA para os próximos anos, garantiu a directora no Huambo.

Cidália Gomes disse que a ONG, no quadro do novo paradigma político, social e económico, pretende aumentar o protagonismo das comunidades e trabalhar com as administrações municipais, no sentido de tirar maior proveito na discussão dos programas públicos de incidência local.

Afirmou que o encontro com as comunidades, que tem sido promovido, é um espaço de interacção e diálogo entre os representantes das comunidades, apoiadas pela ADRA e o Estado. A ONG tem feito a mediação de concertações e posições estratégicas de desenvolvimento local.

Cidália Gomes reiterou que o encontro das comunidades constitui um momento privilegiado de advocacia social, debates de diversos assuntos do país, em particular aqueles relacionados com as políticas públicas de desenvolvimento rural.

Apoiar as comunidades nas actividades agropecuárias constitui um dos maiores focos além da capacitação em técnicas de produção mais sustentáveis, bem como o direito de cidadania, sobretudo nesta altura que se avizinham as eleições gerais.

4.2 Novo regime alarga benefícios fiscais e baixa IVA de Cabinda para 1%

Jornal Expansão

12 De Agosto de 2022

Texto: Isabel Costa Bordalo

O Regime Especial Tributário para a Província de Cabinda, criado pelo Decreto Legislativo Presidencial nº 4/22 de 23 de Julho, baixa para 1% o IVA aplicado na província, que no caso dos bens era de 2% e dos serviços era de 14%, taxa aplicada no resto do País. O documento mantém os 2% de direitos aduaneiros na importação de mercadorias, à excepção dos bens alimentares, sobre os quais recai uma taxa de 1%. O novo diploma substitui e amplia a Lei n. 22/19, de 20 de Setembro, que criou o Regime Especial Aduaneiro, Portuário e de Transmissão de Bens para a Província de Cabinda, agora revogado.

O novo Regime Especial Tributário para a Província de Cabinda, isenta ainda do pagamento de direitos aduaneiros os produtos alimentares provenientes dos países vizinhos, que cheguem à província no âmbito do comércio fronteiriço pelas populações, desde que sejam para seu próprio consumo e em quantidades que não apresentem características comerciais.

O novo regime fiscal, publicado no Diário da República este mês mas com data de 23 de Julho, aplica-se às empresas domiciliadas na província de Cabinda, à excepção da indústria petrolífera que se rege por legislação própria, aos imóveis instalados e aos residentes fiscais na província. E vem alargar os benefícios fiscais concedidos à província, que até aqui contemplavam apenas matérias aduaneiras, portuárias e do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que passa a ter uma taxa única de 1%, para bens e serviços ao contrário do que sucedia antes.

Assim, além das taxas especiais para o IVA e na importação de bens, Cabinda passa a ter uma taxa reduzida de 3% no Imposto Industrial sobre as actividades agrícolas, o que representa menos 7 pontos percentuais do que a taxa aplicada no resto do País, e uma de 10% para o sector da Indústria, duas vezes e meia menos do que a taxa geral de 25% que vigora no restante território nacional. No que toca ao Imposto Industrial sobre as actividades agrícolas, a taxa é ajustada nos termos das alterações que possam ocorrer à taxa geral para o sector da agricultura no País e aplica-se apenas nos casos em que os elementos que concorrem para o processo produtivo estejam fisicamente instalados na província de Cabinda, como refere o número 7, do Artigo 4.º.

Distribuição de lucros e Imposto Predial

O Imposto sobre a Aplicação de Capitais sobre a Distribuição de Lucros ou Dividendos pelas sociedades tem uma taxa única de 5%, ao contrário do que acontece no resto do País, em que vigoram três taxas: 5%, 10% e 15%.

No caso do Imposto Predial, o Regime Especial Tributário para a Província de Cabinda contempla três taxas: uma, de 10%, sobre o rendimento; outra de 1% sobre a transmissão do imóvel; e outra, de 0,05%, sobre a detenção ou propriedade. Em qualquer um dos casos, as taxas de Cabinda são muito abaixo das aplicadas no resto do País.

Às mercadorias importadas, ao abrigo do novo regime, incluindo bebidas, viaturas, embarcações e aeronaves (com excepção das que constam na tabela anexa ao diploma, nomeadamente bens de luxo, cigarros e armas) é aplicada uma taxa de 2%, a título de direitos aduaneiros, a que acrescem mais 2% de IVA. Já nos bens alimentares, a taxa de direitos aduaneiros e de IV A baixa para 1%.

As prestações de serviço portuário e de distribuição de águas ficam sujeitas ao IV A de 2%.

O Regime Especial Tributário para Cabinda, criado para atenuar problemas decorrentes da localização geográfica e da "ausência de equipamentos" que encarecem os produtos. Ali comercializados, proíbe a saída de "mercadorias nacionalizadas", ao abrigo do diploma, sem a reposição dos benefícios dados. Ou seja, "não podem sair do território da província sem que sejam previamente pagos, ou caucionados os valores correspondentes às diferenças de direitos e demais imposições aduaneiras em vigor no restante território nacional, no momento em que são deslocadas".

5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZADA E CIDADANIA

5.1 Orçamento participativo promove o desenvolvimento comunitário

Jornal de Angola

9 De Agosto de 2022

Texto: Marcelino Wambo

O aumento do nível de informação e sensibilização dos cidadãos sobre o orçamento participativo é das principais premissas e passos a seguir para promover as competências da boa governação afirmou, segunda (8), na cidade do Huambo, a directora da organização não-governamental Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) na província.

Cidália Gomes referiu que a iniciativa visa contribuir para o crescimento económico e desenvolvimento social, por meio de uma participação inclusiva, heterogénea e efectiva da sociedade civil no processo de governação e passos que conduzam à implementação das autárquicas locais.

"O Orçamento Participativo é uma ferramenta que o Executivo angolano adoptou no processo de desconcentração e descentralização administrativa para torná-lo mais participativo, quer seja a nível de elaboração, quer de implementação", disse.

O Decreto presidencial 234/19, de 22 de Julho, apresenta o orçamento participativo da Administração e dos municípios geridos com a participação activa dos membros das comissões de gestão, constituídos por representantes da sociedade civil com capacidade de identificar os problemas e definir propriedades.

Para este exercício, afirmou Cidália Gomes, o Governo disponibiliza, anualmente, 25 milhões de kwanzas para implementação de projectos considerados prioritários para as populações.

Considerou uma realidade nova que, aos poucos, faz com que os principais actores tomem consciência da existência da rubrica dos municípios, que consiste na verba que é inscrita no orçamento da administração.

O reforço da sociedade civil, em particular dos grupos sub-representados por mulheres e jovens, na tomada de decisões nesta plataforma pode contribuir,

positivamente, para a melhoria do quadro legislativo de governação participativa, disse.

A nível da província do Huambo, esclareceu, a ADRA tem conhecimento da criação das comissões de gestão nos municípios seleccionados, designadamente Huambo, Caála, Longonjo e Bailundo, onde a experiência permitiu aproximar, cada vez mais, os governantes dos governados para gestão da coisa pública e promover o bem-estar. A título de exemplo, referiu, nas comissões de gestão criadas naqueles municípios, muitos membros fazem parte das cooperativas que a quem a ADRA presta apoio, além dos representantes de moradores.

Cidália Gomes realçou que o orçamento participativo, sendo um mecanismo governamental de democracia participativa, deve permitir aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimento de prefeituras municipais, através de processos de participação da comunidade.

O Governo consulta a população, a partir de reuniões abertas à sociedade, sobre as suas demandas prioritárias, o que inclui na Lei Orçamental Anual.

Cidália Gomes sublinhou que os Decretos Presidenciais 235/19 e 234/19 instituem os eixos em que os projectos devem ser seleccionados pela comunidade que, por sua vez, elege a "pauta de demandas" e selecciona, de acordo com critérios, as prioridades que devem ser acolhidas pelas autoridades da administração municipal.

Considerou fundamental a defesa da democracia, o asseguramento e incentivo à participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil dos problemas nacionais, por constituírem os princípios para um melhor equilíbrio.

A directora da ADRA no Huambo lembrou que o Ministério das Finanças tem a responsabilidade de reger e coordenar as finanças do Estado, contando sempre com a participação activa de cada cidadão para se pode alcançar os melhores resultados, seja no planeamento, na execução ou na fiscalização.

Província tem quatro municípios seleccionados

Durante o processo de auscultação das comunidades para a elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE), no ano passado, a ADRA foi uma das instituições que tinha sido seleccionada para ajudar o Ministério da Administração do Território (MAT) a desencadear o processo de elaboração, decorrido em 22 municípios do país.

A nível da província do Huambo, foram contemplados os municípios do Huambo, Caála, Longonjo e Bailundo. Entre várias preocupações apresentadas durante a auscultação, destaca-se a definição, pelos membros das comissões, dos problemas prioritários. O processo decorreu de forma livre, aberta e sem quaisquer influências dos responsáveis das administrações municipais.

Cidália Gomes esclareceu que, em cada município, foram seleccionados, de acordo com a ordem de prioridades, pelo menos 10 preocupações levantadas pelos membros das comissões da sociedade civil, no sentido de merecer o devido cumprimento, a favor das comunidades.

Na constatação feita a nível dos municípios, disse, uma das primeiras preocupações levantadas são do sector da Saúde, devido à falta de assistência médica e medicamentosa, transporte para a evacuação de doentes, principalmente mulheres grávidas em serviço de partos complicados.

Escassez de medicamentos

Alguns cidadãos contactados pelo Jornal de Angola afirmaram que, apesar de serem visíveis, as quantidades dos medicamentos nas unidades sanitárias não satisfazem a procura, sobretudo os fármacos para doenças como a malária, diarreias agudas e intestinais, que são constantes.

Os entrevistados reconhecem ter havido, da parte do Executivo, muitos investimentos em infra-estruturas sanitárias, escolares e outras de interesse social, graças ao processo de auscultação, que tem permitido aos cidadãos manifestar, junto das autoridades, as principais preocupações e necessidades.

"A afluência de doentes nas unidades sanitárias é sinónimo de que existe maior défice de assistência na componente preventiva", reclamaram os cidadãos Óscar Francisco Livamba, Anastácio Pakete, Délcia Olímpio e Aurora Nimba Catolo. Eles gostariam de ver melhorias no sector da Saúde, sobretudo no âmbito do orçamento participativo.

No sector da Agricultura, foram apontados a falta de fertilizantes, sementes melhoradas, sistemas de irrigação como as principais preocupações, além do mau estado das estradas. Não têm dúvidas de que, com boas estradas, estar-se-ia a melhorar o escoamento de produtos do campo para a cidade.

"Muitos funcionários possuem meios de transporte, mas as condições das vias de acesso não facilitam e é por isso que até para estas localidades não há transportes públicos, nomeadamente autocarros,

devido ao mau estado das estradas", disse a directora provincial da ADRA.

Cidália Gomes sublinhou que as populações, a nível das comunidades, percebem que "não existe desenvolvimento na agricultura, educação e outros sectores da vida social e económica sem estradas em condições".

Ainda na componente agrícola, a correcção dos solos com calcário constitui outra necessidade apresentada pelos cidadãos entrevistados pelo Jornal de Angola, que querem ver as condições das suas terras melhoradas para aumentar a produção e a produtividade.

Solicitaram, com efeito, a intervenção do Instituto de Investigação Agronómica (IIA) e outras instituições no que tange, principalmente, às sementes melhoradas e assistência técnica.

Necessidade de acomodação de professores nas comunas e aldeias

Os cidadãos contactados pelo Jornal de Angola defenderam, igualmente, a participação das comunidades na elaboração de projectos ligados à Educação para que seja defendida, por exemplo, a criação de condições de acomodação para professores e enfermeiros nas comunas, aldeias, sectores e ombalas.

Com a criação daquelas condições, disseram, os professores vão poder exercer as actividades da melhor forma possível e com mais dignidade.

A energia e água constituíram, para o município do Huambo e os demais, prioridades no âmbito das preocupações apresentadas pelas comunidades nas assembleias de auscultação e elaboração de projectos sociais.

Assistência social

Durante a auscultação, no quadro do orçamento participativo, os representantes das comissões de moradores e sociedade civil, defenderam a necessidade da assistência social nos momentos críticos, disse a directora da ADRA.

Cidália Gomes referiu, a título de exemplo, que a estiagem, bem como o surgimento da pandemia da Covid-19, provocaram escassez de alimentos nas comunidades, o que afectou os grupos mais vulneráveis, como crianças, idosos, deficientes e mulheres grávidas. Considerou, com efeito, que a elaboração de orçamentos por cidadãos que não conhecem a realidade dos povos nas aldeias ou sem a

participação dos munícipes é contraditório, porquanto nunca haveria o princípio de equilíbrio.

Referiu que, no orçamento de 2022, a prioridade recaiu para a conclusão das obras anteriormente paralisadas, para mitigar o sofrimento das populações.

Intervenção da ADRA

Um total de 671 cidadãos, entre os quais 329 mulheres dos municípios da Caála, Longonjo, Bailundo e Huambo, beneficiou, no ano em curso, de micro-crédito por via das caixas comunitárias, revelou a directora provincial da ADRA.

Com este propósito, segundo Cidália Gomes, a ADRA tem disponíveis 24 milhões, 788 mil e 500 kwanzas para impulsionar pequenos negócios, devendo ser beneficiadas 2.524 pessoas, entre os quais 40 membros de associações e 24 de cooperativas agrícolas, como incentivo à produção.

Aumentar a intervenção e a participação das comunidades na definição de políticas públicas é um dos principais desafios da ADRA para os próximos anos, garantiu a directora no Huambo.

Cidália Gomes disse que a ONG, no quadro do novo paradigma político, social e económico, pretende aumentar o protagonismo das comunidades e trabalhar com as administrações municipais, no sentido de tirar maior proveito na discussão dos programas públicos de incidência local.

Afirmou que o encontro com as comunidades, que tem sido promovido, é um espaço de interacção e diálogo entre os representantes das comunidades, apoiadas pela ADRA e o Estado. A ONG tem feito a mediação de concertações e posições estratégicas de desenvolvimento local.

Cidália Gomes reiterou que o encontro das comunidades constitui um momento privilegiado de advocacia social, debates de diversos assuntos do país, em particular aqueles relacionados com as políticas públicas de desenvolvimento rural.

Apoiar as comunidades nas actividades agropecuárias constitui um dos maiores focos além da capacitação em técnicas de produção mais sustentáveis, bem como o direito de cidadania, sobretudo nesta altura que se avizinham as eleições gerais.

5.2 Novo regime alarga benefícios fiscais e baixa IVA de Cabinda para 1%

Jornal Expansão

12 De Agosto de 2022

Texto: Isabel Costa Bordalo

O Regime Especial Tributário para a Província de Cabinda, criado pelo Decreto Legislativo Presidencial nº 4/22 de 23 de Julho, baixa para 1 % o IVA aplicado na província, que no caso dos bens era de 2% e dos serviços era de 14%, taxa aplicada no resto do País. O documento mantém os 2% de direitos aduaneiros na importação de mercadorias, à excepção dos bens alimentares, sobre os quais recai uma taxa de 1%. O novo diploma substitui e amplia a Lei n. 22/19, de 20 de Setembro, que criou o Regime Especial Aduaneiro, Portuário e de Transmissão de Bens para a Província de Cabinda, agora revogado.

O novo Regime Especial Tributário para a Província de Cabinda, isenta ainda do pagamento de direitos aduaneiros os produtos alimentares provenientes dos países vizinhos, que cheguem à província no âmbito do comércio fronteiriço pelas populações, desde que sejam para seu próprio consumo e em quantidades que não apresentem características comerciais.

O novo regime fiscal, publicado no Diário da República este mês mas com data de 23 de Julho, aplica-se às empresas domiciliadas na província de Cabinda, à excepção da indústria petrolífera que se rege por legislação própria, aos imóveis instalados e aos residentes fiscais na província. E vem alargar os benefícios fiscais concedidos à província, que até aqui contemplavam apenas matérias aduaneiras, portuárias e do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que passa a ter uma taxa única de 1%, para bens e serviços ao contrário do que sucedia antes.

Assim, além das taxas especiais para o IVA e na importação de bens, Cabinda passa a ter uma taxa reduzida de 3% no Imposto Industrial sobre as actividades agrícolas, o que representa menos 7 pontos percentuais do que a taxa aplicada no resto do País, e uma de 10% para o sector da Indústria, duas vezes e meia menos do que a taxa geral de 25% que vigora no restante território nacional. No que toca ao Imposto Industrial sobre as actividades agrícolas, a taxa é ajustada nos termos das alterações que possam ocorrer à taxa geral para o sector da agricultura no

País e aplica-se apenas nos casos em que os elementos que concorrem para o processo produtivo estejam fisicamente instalados na província de Cabinda, como refere o número 7, do Artigo 4.º.

Distribuição de lucros e Imposto Predial

O Imposto sobre a Aplicação de Capitais sobre a Distribuição de Lucros ou Dividendos pelas sociedades tem uma taxa única de 5%, ao contrário do que acontece no resto do País, em que vigoram três taxas: 5%, 10% e 15%.

No caso do Imposto Predial, o Regime Especial Tributário para a Província de Cabinda contempla três taxas: uma, de 10%, sobre o rendimento; outra de 1% sobre a transmissão do imóvel; e outra, de 0,05%, sobre a detenção ou propriedade. Em qualquer um dos casos, as taxas de Cabinda são muito abaixo das aplicadas no resto do País.

Às mercadorias importadas, ao abrigo do novo regime, incluindo bebidas, viaturas, embarcações e aeronaves (com excepção das que constam na tabela anexa ao diploma, nomeadamente bens de luxo, cigarros e armas) é aplicada uma taxa de 2%, a título de direitos aduaneiros, a que acrescem mais 2% de IVA. Já nos bens alimentares, a taxa de direitos aduaneiros e de IV A baixa para 1%.

As prestações de serviço portuário e de distribuição de águas ficam sujeitas ao IV A de 2%.

O Regime Especial Tributário para Cabinda, criado para atenuar problemas decorrentes da localização geográfica e da "ausência de equipamentos" que encarecem os produtos. Ali comercializados, proíbe a saída de "mercadorias nacionalizadas", ao abrigo do diploma, sem a reposição dos benefícios dados. Ou seja, "não podem sair do território da província sem que sejam previamente pagos, ou caucionados os valores correspondentes às diferenças de direitos e demais imposições aduaneiras em vigor no restante território nacional, no momento em que são deslocadas".

5.3 UNITA promete transformar Luanda em região metropolitana

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2022

Texto: Arcângela Rodrigues

Adalberto Costa Júnior falava à militantes, amigos e simpatizantes, que acorreram ao acto, que movimentou o município do Cazenga, em Luanda. Acrescentou que é preciso ter coragem para

implementar esta e outras reformas. "O país precisa com urgência de fazer reformas, só através deste processo é que será possível combater os problemas sociais, económicos e outros, que o povo enfrenta", afirmou.

O candidato a Presidente da República pela UNITA disse que a campanha eleitoral foi uma das melhores provas. "Estamos extremamente satisfeitos, principalmente pela forma como o povo respondeu aos nossos apelos nos comícios. Fomos ouvidos, estamos a encerrar a campanha evitando provocações", realçou que os actos políticos de massas decorreram num ambiente de festa, tranquilidade e carregados de esperanças, fazendo votos para que tudo termine bem.

Sobre o manifesto eleitoral apresentado, Adalberto Costa Júnior reiterou, caso seja eleito Presidente de Angola, que vai realizar um ciclo de revisão Constitucional, para introduzir a eleição directa do Presidente da República e a realização das autarquias locais.

Segundo o líder do Galo Negro, todas as reformas anunciadas vão contribuir para aproximar os governantes aos governados, e diminuir a pobreza, o desemprego e combater outros problemas sociais. "Vamos diminuir os poderes do Presidente da República e responsabilizá-lo pelos seus actos", revelou.

Em continuidade, reafirmou que a UNITA vai potenciar os parques industriais, pólos de desenvolvimento, para torná-los motores com capacidade de trazer riqueza, combater o desemprego, a pobreza e uma economia dinâmica para que as famílias angolanas possam viver da melhor forma". O presidente da UNITA, Adalberto Costa Júnior, voltou a afirmar que vai colocar a educação como o aliado mais poderoso para o desenvolvimento e desafios do futuro. "O governo da UNITA vai cumprir com os protocolos que Angola tem assinado, sobretudo com a SADC", frisou, tendo mencionado que este órgão atribuiu para a educação 20 por cento do Orçamento Geral do Estado e para a saúde 15 por cento.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Apima defende corte no preço de terrenos

Novo Jornal

8 De Agosto de 2022

Texto: Jorge Batalha

A redução do preço do metro quadrado de terreno infraestruturado é apontada como a solução para reverter a pouca adesão ao crédito à habitação, no quadro do Aviso 09/22, do BNA, informou o presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA).

Cléber Corrêa, que falava sobre as principais características do Aviso 09/22 e sobre as regras para a Concessão do Crédito à Habitação, durante o 1.0 Fórum Banca e Imobiliária, frisou que o preço do metro quadrado de terreno infra-estruturado não pode ser vendido pelo Estado a 100 ou 50 dólares.

No evento, o líder da APIMA apresentou a sua fórmula para contornar a fraca adesão ao crédito habitacional, no âmbito do Aviso 09/22.

"Se o cidadão tiver terreno barato, infra-estruturado, a 10 dólares, com juro de 7%, vai atender, porque um dos grandes fossos que a gente tem no mercado imobiliário é o terreno e infra-estruturado, pois não está infra-estruturado", argumentou.

Para Cléber, a população perdeu a capacidade financeira que detinha há alguns anos, porém não houve um ajuste proporcional à actual realidade. "Quem ganhava dois mil dólares, em 2014, ganhava 200 mil Kz. E essa pessoa hoje ganha 200 mil Kz, quando tinha que ganhar 900 mil. Por outro lado, Cléber Corrêa tocou no quesito da celeridade por parte dos bancos comerciais na resposta aos cidadãos que solicitam crédito, não podendo, deste modo, passar os 30 dias.

6.2 Famílias do Panguila realojadas na Centralidade do Capari

Jornal de Angola

11 De Agosto de 2022

Texto: José Bule

De tanta emoção, um dos filhos teve que segurá-la pelos braços, para não cair. Maria Rosa dançava e

saltava de alegria. A mulher, que apresenta fraca mobilidade na perna e braço direito, como consequência do derrame cerebral que sofreu, recentemente, foi realojada, terça-feira, na Centralidade do Capari, no Bengo.

Maria Rosa, depois de receber do Fundo de Fomento Habitacional a pasta do contrato e as chaves da nova residência, cantava em voz alta: "já não vou precisar de ajuda de ninguém, para atravessar os charcos lamacentos. Aqui no Capari não tem lama. Posso andar à vontade, sozinha".

A beneficiária, de 45 anos, viveu uma década no Panguila, com os filhos e mais duas famílias, na mesma casa, depois de terem sido desalojados da zona da Favela, na Praia do Bispo.

"No Panguila, apesar de viver com outras duas famílias na mesma casa, não tivemos grandes problemas. Nos entendemos muito bem. Houve alguns conflitos, mas, por sermos amigas, fazíamos tudo para ultrapassá-los", contou "Rosita", quando caminhava ansiosa para o edifício onde está localizado o seu apartamento. Abriu a porta e observou o interior. "Sei que vou pagar renda resolúvel. O meu pai deixou, para mim e os meus irmãos, uma casa de herança. Nós dividimos o dinheiro das rendas e, a partir de agora, a minha parte vai servir para pagar esta casa ao Estado", explicou.

Logo a seguir à porta da nova residência de Maria Rosa, outro beneficiário não parava de sorrir. Depois de passar por situações menos agradáveis, desde 2003, na partilha de uma casa do tipo T3, no Panguila, João Gouveia era um homem "super feliz".

"Estou há 15 anos nesta luta da casa própria e, só acreditei, depois de assinar o contrato, receber as chaves, abrir as portas e visitar cada compartimento. Neste momento não consigo descrever a dimensão da felicidade que sinto", salientou o antigo morador da Favela.

Com 47 anos, mulher e sete filhos, João Gouveia agradece a Deus e ao Governo angolano. "Estou muito feliz, porque agora vou poder oferecer melhores condições de vida à minha família. Estava cansado de viver naquelas condições", disse.

Depois de 12 anos de disputa por uma residência, no sector 10 do Panguila, Domingos Adriano agradece ao Governo pela oportunidade que teve. Assegurou que está em condições de pagar, mensalmente, uma residência, por renda resolúvel, no valor de 20.899,31 (vinte mil oitocentos e noventa e nove kwanzas e trinta e um cêntimos), na Centralidade do Capari.

"Não foi fácil partilhar a casa com outra família, com hábitos e costumes muito diferentes dos meus. Tivemos momentos difíceis. Essa oportunidade chegou na altura certa. Trabalho como motorista e, portanto, estou em condições de pagar o apartamento, através do sistema de renda resolúvel", declarou Domingos, que promete dar uma grande festa, com amigos e familiares, para "molhar" a casa.

E quem permanece no Panguila, no âmbito do processo de cadastramento das famílias que compartilhavam residências, há mais de dez anos, também esfrega as mãos de contente, como é o caso de Orlando Calanga, de 26 anos, que se tornou proprietário da casa, onde mora há 11 anos, depois de ver partir, para a Centralidade do Capari, a outra família, com quem dividia o imóvel.

Ao Jornal de Angola, o jovem contou que não foi fácil viver naquelas condições, que obrigaram as duas famílias a dividir a casa, para que pudessem ter alguma privacidade. Calanga ficou com a parte da cozinha e um dos quartos, enquanto o vizinho ocupava dois quartos e a casa de banho.

"Quando entrei nesta casa, ainda não tinha mulher, nem filhos. Sentia-me à vontade. Mas depois de constituir família, a situação começou a ficar insuportável. Agora já tenho três filhos", referiu, para de seguida enaltecer a decisão do Governo, que na sua opinião, "encontrou a melhor solução para o problema".

"Vou ficar com esta casa. Sinto-me feliz, porque agora vou poder acomodar melhor a minha família. Além de procurar reabilitá-la, pretendo construir, também, um muro de vedação e uma cantina. Quero desenvolver aqui um negócio", concluiu Calanga, que exerce a actividade de mototáxi e colabora como fiscal da Associação dos Motoqueiros e Transportadoras de Angola (AMOTRANG).

Acção Social considera balanço positivo

O processo de realojamento de 123 famílias, que compartilhavam residências, há mais de dez anos, em vários sectores do Panguila, no Bengo, começou em 2021, depois do cadastramento feito pela Administração Municipal do Dande.

Segundo o administrador Afonso Canga, as famílias que aceitaram transferir-se do Panguila para a Centralidade do Capari declararam possuir condições para pagar rendas resolúveis.

Para a directora nacional para as Políticas Familiares, Igualdade e Equidade do Género do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que acompanha o processo desde o início, o balanço é

positivo, tendo em conta que as famílias transferidas para o Capari viviam em condições impróprias.

Santa Ernesto avançou que, no seio destas famílias aconteciam várias situações de promiscuidade, tendo sublinhado que o processo demonstra a preocupação do Governo em tornar as famílias resilientes, para que possam viver em condições condignas.

6.3 Indústria do tijolo suplanta mercado de blocos de cimento em Luanda

Novo Jornal

12 De Agosto de 2022

Texto: Hortêncio Sebastião

As indústrias cerâmicas de Luanda, após longo período de estagnação, estão a retirar espaço ao mercado de blocos, devido aos elevados preços da principal matéria-prima deste último (o cimento), apurou o Novo Jornal.

Exemplo disso é a cerâmica Industrial e Comercial (CIC), S.A. situada no quilómetro 49 no município de Icolo e Bengo, que se resume numa fábrica que produz cerca de 200 paletes de tijolo por dia, operando 24 sobre 24 horas e que observou um volume de negócios de entre sete e oito milhões de dólares no primeiro semestre deste ano, conforme deu a conhecer em entrevista ao Novo Jornal o seu presidente do conselho de administração, Jorge Mendes.

Enquanto isso, o saco de cimento é actualmente comercializado a 3.500 kwanzas na generalidade dos estabelecimentos de comerciais em Luanda, contra os 2.900 Kz praticados no ano passado.

Algumas fábricas de blocos contactadas por este semanário confirmam o declínio da produção, com realce para a baixa saída do produto, por este também ter encarecido, dada a subida do preço do cimento.

Estas unidades de produção de blocos queixam-se que a aquisição do cimento a partir da cimenteira CIMANGOLA tem sido dificultada, sobretudo nos últimos tempos, o que faz com que muitos empresários do ramo se submetam a "esquemas" para a adquirem o produto junto da fábrica.

A título alternativo, estas indústrias compram o cimento aos agentes distribuidores, reduzindo significativamente a sua margem de lucro, quando comercializam a unidade de bloco a 150 kwanzas, confirmou um dos gestores da empresa LPJ, detida

por empresários chineses, situada na zona do Patriota, que se escusou a identificar-se.

"Anteriormente conseguimos comprar o cimento directamente nas fábricas, mas agora, devido à baixa de produção que se verifica, raramente adquirimos", frisou.

Segundo este gerente, adiciona-se a isso crescente fabrico artesanal de blocos de cimento nas obras em construção como outro factor que tem interferido na redução da aquisição a partir da fábrica de blocos.

Contrariamente, o PCA da Cerâmica Industrial e Comercial diz que quase toda a matéria-prima para o fabrico do tijolo é local, nomeadamente a argila, da qual detém uma zona de exploração própria e a areia que adquire junto de empresas locais de produção de inertes.

Esta cerâmica criada entre 2012 e 2013 devido ao "boom" do mercado de blocos de cimento da época registou alguma interrupção e a sua laboração foi reactivada em 2018, tendo o arranque produtivo ocorrido em 2019.

Ali, os preços do tijolo são diversos, mas a maioria dos clientes prefere a medida 15, que é adquirida ao preço de 160 kwanzas cada, referiu Jorge Mendes, que destaca que a qualidade do produto se assemelha ao do padrão internacional, dispensando, por isso, a necessidade de importação.

"Tem-se vindo a verificar nestes últimos tempos, ou pelo menos no último ano e meio, que o tijolo passa a ter mais procura. As pessoas já ganharam consciência de que o tijolo é um produto com mais qualidade e que não se equipara ao bloco de cimento", afirma o gestor da CIC

De acordo com o PCA desta cerâmica, "o mercado do bloco estava um bocado enraizado, mas o tijolo é mais confortável, tem mais isolamento acústico, térmico e é mais leve".

"O tijolo em acabamentos evita desgastes desnecessários e neste momento já faz mais as pessoas optarem pelo tijolo, até porque o preço começa a estar abaixo do bloco de cimento e no final não tenho dúvidas de que gera poupança no término da obra, ficando muito mais barato que o bloco", sublinhou.

Uma fonte ligada à cerâmica do Bengo contactada pelo NJ e que preferiu o anonimato referiu que "há cada vez mais clientes a comprarem tijolos para venda nas diferentes por províncias e em Luanda; e vários construtores de referência na praça nas suas obras usam o nosso tijolo".

6.4 Jovens recebem casas nos prédios do Zango

Jornal de Angola

16 De Agosto de 2022

Texto: Roque Silva

O acto decorreu na sequência da reabilitação do edifício 14, Bloco 4, pela construtora chinesa CTCE, que, por sua vez, cedeu ao Fundo de Fomento Habitacional, financiador da reparação, e foi testemunhado pelo secretário de Estado do Ordenamento do Território, Molares D'Abril.

Neste momento, segundo uma fonte do Jornal de Angola, os apartamentos dispõem, agora, de condições e estão preparados para receber os proprietários, depois de terem sido reparados o sistema eléctrico, armários de cozinha, fogões, portas, janelas e loiça sanitária. A fonte, conhecedora do processo, referiu que a entrega das moradias terá sequência em Departamento Provincial do Instituto Nacional da Habitação, sita na Cidade do Kilamba.

Para já, assegurou que os beneficiários já assinaram os contratos, mas deverão consultar os respectivos nomes numa lista, com vista a assinarem o termo de entrega e as guias de pagamento das prestações.

Ontem, foi feita a entrega simbólica das chaves de um apartamento ao jovem Geraldo Wanga, que se mostrou feliz, por ter conseguido alcançar o sonho da casa própria.

Sebastião Venâncio, do CNJ, disse que encara a acção do Estado com estima e satisfação, uma vez que se cumpriu um compromisso assumido publicamente.

O edifício 14, do Bloco 4, faz parte de um leque de 21 prédios cedidos à juventude, depois de arrestado pela Procuradoria-Geral da República, através do Serviço Nacional de Recuperação de Activos, que, por sua vez, indicou o Fundo de Fomento Habitacional como fiel depositário.

6.5 Mais de 100 famílias transferidas do Panguila para a centralidade do Capari

Jornal Angoleme

18 De Agosto de 2022

Texto: José Bule

Logo a seguir à porta da nova residência de Maria Rosa, estava um homem que não parava de sorrir. Depois de passar por situações menos agradáveis, desde 2003, na partilha de uma casa do tipo T3, no

Panguila, João Gouveia ganhou um apartamento, na Centralidade do Capari, província do Bengo.

Aos 47 anos, o pai de sete filhos agradece a Deus e ao Governo angolano pela oportunidade. "Estou muito feliz, porque agora vou poder oferecer melhores condições de vida à minha família, sem já partilhar o mesmo espaço com outra família", disse João Gouveia, que vê agora realizado o sonho da casa própria.

"Estou há 15 anos nesta luta da casa própria e, só acreditei, depois de assinar o contrato, receber as chaves, abrir as portas e visitar cada compartimento da residência. Neste momento não consigo descrever a dimensão da felicidade que sinto", salientou o antigo morador da Favela, na zona da praia do Bispo, em Luanda.

Mas naquele dia (9 de Agosto), quem estava mesmo muito emocionada era Maria Rosa. A mulher, de 45 anos, que apresenta fraca mobilidade na perna como consequência do derrame cerebral que sofreu recentemente, foi realojada na mesma centralidade.

"Já não vou precisar de ajuda de ninguém, para atravessar os charcos lamacentos. Aqui no Capari não há lama. Posso andar à vontade e sozinha", cantava em voz alta, depois de receber, do Fundo de Fomento Habitacional, a pasta do contrato e as chaves da nova residência.

Maria Rosa, que viveu- uma década no Panguila, com os filhos e mais duas famílias, na mesma casa, depois de terem sido desalojados da Favela, e transferidos para a localidade, dançava e saltava de alegria. Um dos filhos segurou-a pelos braços, para não cair.

"Ali no Panguila, apesar de viver com outras duas famílias na mesma casa, não tivemos grandes problemas. Entendíamos-nos muito bem. Houve sempre alguns conflitos, mas por sermos amigas, fazíamos tudo para ultrapassar os problemas", conta, ao Jornal Angoleme, quando caminhava, ansiosa, em direcção ao edifício onde está localizado o novo apartamento.

Ela abriu a porta e observou o interior do apartamento. "É muito bonito. Sei que vou pagar renda resolúvel. Mas isso não será problema. O meu pai deixou uma casa de herança, para mim e os meus irmãos. Nós dividimos O dinheiro das rendas e, a partir de agora, a minha parte vai servir para pagar esta casa ao Estado", explicou.

DOZE ANOS DE MUITA BRIGA

Depois de 12 anos de disputa por uma casa, no Sector 10 do Panguila, Domingos Adriano declara

que está em condições de pagar, mensalmente, uma residência, por renda resolúvel, no valor de 20.899,31 (vinte mil oitocentos e noventa e nove kwanzas e trinta

Domingos Adriano declarou estrar em condições de pagar mensalmente uma residência por renda resolúvel e uns cêntimos), na Centralidade do Capari.

"Não foi fácil partilhar a casa com uma outra família, com hábitos e costumes diferentes dos meus.

Tivemos momentos difíceis. Essa oportunidade chegou na altura certa. Trabalho como motorista e, por tanto, estou em condições de pagar o apartamento, através do sistema de renda resolúvel", assegura Domingos Adriano, que promete dar uma grande festa, com amigos e familiar para "molhar" a casa.

E quem permanece no Panguila, no âmbito do processo de cadastramento das famílias que compartilhavam residências, também esfrega as mãos de contente, como é o caso de Orlando Calanga, 26 anos, que se tornou no proprietário único da casa, onde mora há 11 anos, depois dever partir para o Capari a outra família com quem dividia o imóvel.

O jovem conta que não foi fácil viver naquelas condições, que obrigaram as duas famílias a dividir a casa, para que pudessem ter alguma privacidade. Calanga ficou com a parte da cozinha e um dos quartos, enquanto o vizinho ocupava dois quartos e a casa de banho.

"Quando entrei nesta casa, ainda não tinha mulher, nem filhos. Sentia-me à vontade. Mas depois de constituir família, a situação começou a ficar insuportável. Agora já tenho três filhos", refere, para de seguida enaltecer a decisão do Governo que, na sua opinião, "encontro 1 a melhor solução para o problema".

"Vou ficar com esta casa. Sinto -me feliz, porque agora vou poder acomodar melhor a minha família. Além de procurar reabilitá-la, pretendo construir, também, um muro de vedação e uma cantina. Quero desenvolver aqui um negócio", conclui Calanga, que é mototaxista e colabora como fiscal da Associação dos Motoqueiros e Transportadoras de Angola (AMOTRANG).

Cadastramento e Realojamento

O processo de realojamento de um total de 123 famílias, que compartilhavam residências, há mais de dez anos, em vários sectores do Panguila, no Bengo, começou em 2021, depois do cadastramento feito pela Administração Municipal do Dande.

Segundo o administrador Fonseca Canga, as famílias que aceitaram transferir-se do Panguila para a Centralidade do Capari são todas aquelas que declararam possuir condições para pagar rendas resolúveis.

Para a directora nacional para as Políticas Familiares, Igualdade e Equidade de Género, do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que acompanha o processo desde o início, o balanço é positivo, tendo em conta que as famílias transferidas para o Capari viviam em condições impróprias.

Santa Ernesto avançou que no seio dessas famílias aconteciam várias situações de promiscuidade, tendo sublinhado que o processo demonstra a preocupação do Governo em dar às famílias condições condignas.

6.6 Imóveis recuperados pela PGR

Jornal Expansão
19 De Julho de 2022

Alguns dos mais de mil imóveis recuperados pela Procuradoria-Geral da República (PGR), na urbanização do Zango Zero, começaram a ser entregues a beneficiários depois de reabilitados sob coordenação do Fundo de Fomento Habitacional (FFH), que ficou com a responsabilidade do processo.

Para já estão a ser contempladas instituições do Estado como ministérios, empresas públicas e institutos, que tinham já as suas candidaturas feitas e aprovadas, aguardando apenas pelas entregas dos apartamentos por parte do Instituto Nacional de Habitação (INH).

Entre os beneficiários está o Conselho acional da Juventude (CNJ), que esta semana recebeu um prédio de 112 apartamentos que foram distribuídos a jovens de diferentes organizações da juventude, que aguardavam desde o ano passado pela entrega dos imóveis.

Para a recuperação destes apartamentos que estão agora a ser entregues, o Presidente da República autorizou no começo deste ano a abertura de um crédito adicional suplementar de 35 mil milhões Kz para as despesas de investimento do Fundo de Fomento Habitacional (FFH).

De acordo com o Orçamento Geral do Estado, o Fundo de Fomento Habitacional é tutelado pelo Ministério das Finanças e tem um orçamento para 2022 de pouco mais de 24 mil milhões Kz. Trinta por cento deste valor tem como destino despesas correntes e o restante, equivalente a 17,8 mil milhões,

será canalizado para despesas de capital, ou seja, investimentos. Desta forma, o orçamento do Fundo para investimentos na construção de habitações quase que duplica com atribuição feita pelo Chefe de Estado.

Parte desta verba está a ser utilizada na reabilitação dos 21 edifícios recuperados pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos da Procuradoria Geral da República, no Zango Zero. Segundo o concurso público lançado pelo FFH no ano passado, a reabilitação destes edifícios vandalizados vai custar 23,8 mil milhões Kz.

Estas entregas não prevêm a abertura de novos processos de candidaturas uma vez que os apartamentos de tipologia T4 e T3 já estão reservados e têm destinatários que aguardam apenas pela conclusão da reabilitação e assinatura dos contratos com o INH.

Para além da urbanização do Zango Zero, também conhecida por Vida Pacífica, a centralidade do Kapari, é outro projecto habitacional que está a receber novos inquilinos.

6.7 Construção de 212 apartamentos cria ansiedade aos habitantes

Jornal de Angola
20 De Agosto de 2022
Texto: Fernando Neto

A conclusão do projecto, prevista para Fevereiro do próximo ano, está a encher de esperança os habitantes de Mbanza Kongo. A esperança aumentou ainda mais com o anúncio feito, recentemente, pelo candidato do MPLA a Presidente da República, João Lourenço, de construção de uma centralidade com 1500 casas, caso seja reeleito.

Para o jovem Pedro Timóteo dos Santos, 30 anos, licenciado em Psicologia e residente no bairro 4 de Fevereiro, zona 4, o sonho da casa própria constitui uma das premissas para a melhoria das condições de vida dos cidadãos, por isso, espera que o Executivo que sair do pleito eleitoral esteja focado mais na província do Zaire, sobretudo em relação a construção da centralidade.

"Tenho aconselhado os jovens que reclamam sobre a inexistência de centralidades na nossa região no sentido de terem mais calma porque o Executivo está a programar a sua construção. Os 212 apartamentos, cujas obras decorrem a bom ritmo, podemos considerar como um exemplo da atenção que a região vai merecer nos próximos tempos", disse.

A vice-governadora da província do Zaire para o sector Técnico e Infra-estruturas, Ângela Botelho Diogo, esclareceu que o projecto de construção de 212 apartamentos havia sido aprovado em 2019 e inclui lojas e todo um conjunto de serviços de saneamento básico, cujas obras decorrem a bom ritmo. A empreitada está a cargo da empresa Omatapalo.

"Estes 212 apartamentos têm previsão de conclusão para daqui a seis meses, quer dizer em Fevereiro ou Março, altura que começam a ser entregues à população, obedecendo às modalidades, requisitos e percentagens para os jovens, antigos combatentes e veteranos da Pátria e a população em geral", disse Ângela Diogo, sublinhando que haverá, também, a modalidade de renda resolúvel.

Além da construção de uma nova centralidade na província do Zaire, anunciada, recentemente, pelo presidente do MPLA, a governante deu a conhecer a existência de um Decreto Presidencial que prevê a construção de três mil residências na província, correspondentes a duas centralidades, sendo uma na cidade de Mbanza Kongo e outra no Soyo, cada uma com 1.500 apartamentos.

"Com a vinda a Mbanza Kongo, em Junho último, o Presidente da República fez o anúncio da construção de três mil casas, das quais 1.500 em Mbanza Kongo e outras 1.500 no município do Soyo. Está tudo preparado, já existe um Decreto Presidencial sobre o assunto, o que quer dizer que agora temos que mobilizar as empresas e identificar as zonas para sua implementação", explicou.

Ângela Diogo acrescentou que duas zonas foram identificadas em Mbanza Kongo para a construção da centralidade, nomeadamente no Vombo, via do Luvo, e no Nkunga Paza, quem vai a Luanda. Apenas aguarda-se pelo parecer técnico dos especialistas, para definir-se qual delas favorece ao transporte das infra-estruturas como energia eléctrica e água canalizada.

"O que vai definir o local onde vai ser implementada a centralidade será a facilidade da construção de infra-estruturas, ou seja, como levar água e energia eléctrica a estas localidades. De preferência escolher a zona mais próxima da fonte", disse.

Ângela Diogo refutou informações segundo as quais os 212 apartamentos vão fazer parte da futura centralidade de Mbanza Kongo, na medida em que se trata de decretos presidenciais diferentes. "Por isso, vai ser mobilizada uma outra construtora para as obras da centralidade", referiu.

6.8 Grupo privado anuncia construção de 550 casas

Jornal de Angola

28 De Agosto de 2022

O grupo angolano de capitais privados Mandinga anunciou, este sábado, que emprega, a partir de Setembro, sete mil milhões de kwanzas na primeira fase da construção de um projecto habitacional com 550 habitações denominado Raiz do Quimbo, na centralidade do Kilamba, em Luanda.

A informação foi avançada à Rádio Nacional de Angola pelo presidente do Conselho de Administração do grupo, António Culembala, que acrescentou que a primeira pedra para a construção é lançada no próximo mês e as habitações previstas são do tipo T4.

O presidente do Conselho de Administração do Grupo Mandinga disse que a construção do projecto Raiz do Quimbo é financiada por fundos próprios.

O projecto Raiz do Quimbo é erguido num terreno de 40 hectares, incluindo, além das habitações, 160 edifícios para o comércio erguidos faseadamente. "Numa primeira fase, o Grupo Mandinga vai construir 200 ou 250 casas por ano", afirmou António Culembala para explicar a evolução do projecto.

As casas vão ser construídas em lotes de 30/20 metros, correspondendo a 600 metros quadrados, constituindo-se em vivendas de um piso, com quatro quartos suite, uma cozinha, dispensa, sala de estar e 300 metros quadrados de quintal e serviços.

Segundo António Culembala, o empreendimento vai contar com serviços comerciais de realce. "O projecto está dividido em duas fracções: a primeira é o parque habitacional e a segunda é o parque comercial, onde vamos implantar edifícios com quatro pisos acima do solo e erguer edifícios com bangalows para instalar bancos e lojas comerciais", disse.

A oferta de serviços inclui um hipermercado, uma clínica, um colégio e um centro médico.

Apesar de o projecto estar a ser preparado desde há três anos, o preço de venda das habitações ficou alinhado com o Aviso 9/2022, do Banco Nacional de Angola a instituir o Regime Especial de Crédito à Habitação, no quadro de uma reformulação que, do preço inicial de 200 milhões de kwanzas por casa,

passou a estabelecê-los em até 100 milhões de kwanzas.

O arranque da operação esteve a ser preparado ao longo de três anos, durante os quais foi feita a selecção do pessoal para as obras que envolvem três mil operários de construção e obras públicas.

"Preparámos o projecto e fizemos a selecção da mão-de-obra: agora, no dia 5 de Setembro, chegou a hora de 'metermos a mão na massa'", disse António Culembala, apontando, também, a participação, nas obras, de "três mil homens em várias especialidades, entre as quais pedreiros, carpinteiros, marceneiros, canalizadores e electricistas".

De acordo com o presidente do Conselho de Administração. "Estas pessoas estão recrutadas para esta finalidade, além de uma equipa administrativa".

6.9 Edifícios recuperados pela PGR entregues aos primeiros beneficiários

Jornal de Angola

30 De Agosto de 2022

Texto: Roque Silva

O Instituto Nacional de Habitação (INH) procedeu, sexta-feira, a entrega formal das chaves de dez apartamentos do primeiro edifício restaurado, na Urbanização Vida Pacífica, em Luanda, aos cidadãos contemplados, por via do concurso público de 2019, após a vandalização desses alojamentos

O acto decorreu na sequência da entrega do edifício 14, Bloco 2, pelo Fundo de Fomento Habitacional ao Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, que, por sua vez, fez a entrega formal ao INH, para fazer chegar as chaves dos apartamentos, modelo T4, aos beneficiários que assinaram as guias de pagamento das prestações.

Na actividade, testemunhada pelo secretário de Estado do Ordenamento do Território, Manuel Molares de D'Abril, foi assinado o termo de entrega das moradias, na sequência do auto de entrega da obra (reparação do edifício), rubricado por representantes da construtora chinesa CTCE e do Fundo de Fomento Habitacional, financiador e promotor da reabilitação.

Antes, foi feita uma visita guiada e de constatação ao edifício de 14 andares, 112 apartamentos, sendo oito em cada piso, e ao posto de transformação de energia eléctrica e à casa de geradores.

No edifício, constatou-se, em três moradias, que as mesmas dispõem, agora, de condições e estão preparadas para receberem os proprietários, na sequência das obras que culminaram com a recuperação do sistema eléctrico, armários de cozinha, fogões, portas e janelas, loiça sanitária, contador pré-pago e elevadores.

No PT, constatou-se a recuperação da caixa de média e alta tensão, que alimenta o edifício reparado, faltando outras que vão servir de suporte eléctrico para outros prédios, até, então, sem energia.

O director INH referiu que o acto representa o início de um processo de entrega regular das habitações, cuja sequência decorre nos próximos dias úteis.

António José da Silva Neto disse que os beneficiários são os vencedores do concurso público de 2019, além de alguns jovens e funcionários públicos, entre os quais efectivos das Forças Armadas (FAA). Realçou que todos têm os contratos assinados, pelo que devem esperar pelo cronograma de entregas num processo que termina ainda este ano. "O INH está comprometido, com todos os processos formalizados. Neste prédio, 40 moradias têm as entregas pendentes, por questões técnicas, mas o processo não vai parar, pois será contínuo. Todas aquelas pessoas que estiverem à espera vão receber", garantiu.

O director INH disse que cada morador deve pagar uma prestação mensal de 63 mil kwanzas em 30 anos (total de 360 prestações), sendo que a primeira deve ser feita até o dia 8 de Setembro.

Eugénio de Almeida, beneficiário, disse que encara com satisfação, por estar a residir em casa de renda. Funcionário público, há 29 anos, realçou o momento como uma demonstração de que o Estado está a cumprir com o seu programa de resolução do sonho dos jovens da casa própria.

"Podemos começar a ver o fim do fenómeno dos 'guetos' lá para trás", disse emocionado. Como este beneficiário esteve, também, Nídia Fernando, funcionária pública que aguarda pelo sonho da casa própria, desde 2019, depois de o nome ter saído como vencedora no concurso público da habitação do Capari.

Casada, e a residir com as filhas e esposo na casa da mãe, no bairro Calemba 2, recorreu à Urbanização da Vida Pacífica, por ser próximo do local de serviço. "Estou muito feliz. Recebi o telefonema ontem, nem quero acreditar", disse emocionada.

O edifício 14, do Bloco 2, faz parte de um leque de 21 cedidos para a juventude, arrestado pela

Procuradoria-Geral da República, em 2020, através do Serviço Nacional de Recuperação de Activos, que, por sua vez, indicou o Funndo de Fomento Habitacional como fiel depositado.

7. TERRA

7.1 Apima defende corte no preço de terrenos

Novo Jornal

8 De Agosto de 2022

Texto: Jorge Batalha

A redução do preço do metro quadrado de terreno infraestruturado é apontada como a solução para reverter a pouca adesão ao crédito à habitação, no quadro do Aviso 09/22, do BNA, informou o presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA).

Cléber Corrêa, que falava sobre as principais características do Aviso 09/22 e sobre as regras para a Concessão do Crédito à Habitação, durante o 1.0 Fórum Banca e Imobiliária, frisou que o preço do metro quadrado de terreno infra-estruturado não pode ser vendido pelo Estado a 100 ou 50 dólares.

No evento, o líder da APIMA apresentou a sua fórmula para contornar a fraca adesão ao crédito habitacional, no âmbito do Aviso 09/22.

"Se o cidadão tiver terreno barato, infra-estruturado, a 10 dólares, com juro de 7%, vai atender, porque um dos grandes fossos que a gente tem no mercado imobiliário é o terreno e infra-estruturado, pois não está infra-estruturado", argumentou.

Para Cléber, a população perdeu a capacidade financeira que detinha há alguns anos, porém não houve um ajuste proporcional à actual realidade. "Quem ganhava dois mil dólares, em 2014, ganhava 200 mil Kz. E essa pessoa hoje ganha 200 mil Kz, quando tinha que ganhar 900 mil. Por outro lado, Cléber Corrêa tocou no quesito da celeridade por parte dos bancos comerciais na resposta aos cidadãos que solicitam crédito, não podendo, deste modo, passar os 30 dias.

7.2 Famílias do Panguila realojadas na Centralidade do Capari

Jornal de Angola

11 De Agosto de 2022

Texto: José Bule

De tanta emoção, um dos filhos teve que segurá-la pelos braços, para não cair. Maria Rosa dançava e saltava de alegria. A mulher, que apresenta fraca mobilidade na perna e braço direito, como

consequência do derrame cerebral que sofreu, recentemente, foi realojada, terça-feira, na Centralidade do Capari, no Bengo.

Maria Rosa, depois de receber do Fundo de Fomento Habitacional a pasta do contrato e as chaves da nova residência, cantava em voz alta: "já não vou precisar de ajuda de ninguém, para atravessar os charcos lamacentos. Aqui no Capari não tem lama. Posso andar à vontade, sozinha".

A beneficiária, de 45 anos, viveu uma década no Panguila, com os filhos e mais duas famílias, na mesma casa, depois de terem sido desalojados da zona da Favela, na Praia do Bispo.

"No Panguila, apesar de viver com outras duas famílias na mesma casa, não tivemos grandes problemas. Nos entendemos muito bem. Houve alguns conflitos, mas, por sermos amigas, fazíamos tudo para ultrapassá-los", contou "Rosita", quando caminhava ansiosa para o edifício onde está localizado o seu apartamento. Abriu a porta e observou o interior. "Sei que vou pagar renda resolúvel. O meu pai deixou, para mim e os meus irmãos, uma casa de herança. Nós dividimos o dinheiro das rendas e, a partir de agora, a minha parte vai servir para pagar esta casa ao Estado", explicou.

Logo a seguir à porta da nova residência de Maria Rosa, outro beneficiário não parava de sorrir. Depois de passar por situações menos agradáveis, desde 2003, na partilha de uma casa do tipo T3, no Panguila, João Gouveia era um homem "super feliz".

"Estou há 15 anos nesta luta da casa própria e, só acreditei, depois de assinar o contrato, receber as chaves, abrir as portas e visitar cada compartimento. Neste momento não consigo descrever a dimensão da felicidade que sinto", salientou o antigo morador da Favela.

Com 47 anos, mulher e sete filhos, João Gouveia agradece a Deus e ao Governo angolano. "Estou muito feliz, porque agora vou poder oferecer melhores condições de vida à minha família. Estava cansado de viver naquelas condições", disse.

Depois de 12 anos de disputa por uma residência, no sector 10 do Panguila, Domingos Adriano agradece ao Governo pela oportunidade que teve. Assegurou que está em condições de pagar, mensalmente, uma residência, por renda resolúvel, no valor de 20.899,31 (vinte mil oitocentos e noventa e nove kwanzas e trinta e um cêntimos), na Centralidade do Capari.

"Não foi fácil partilhar a casa com outra família, com hábitos e costumes muito diferentes dos meus. Tivemos momentos difíceis. Essa oportunidade

chegou na altura certa. Trabalho como motorista e, portanto, estou em condições de pagar o apartamento, através do sistema de renda resolúvel”, declarou Domingos, que promete dar uma grande festa, com amigos e familiares, para “molhar” a casa.

E quem permanece no Panguila, no âmbito do processo de cadastramento das famílias que compartilhavam residências, há mais de dez anos, também esfrega as mãos de contente, como é o caso de Orlando Calanga, de 26 anos, que se tornou proprietário da casa, onde mora há 11 anos, depois de ver partir, para a Centralidade do Capari, a outra família, com quem dividia o imóvel.

Ao Jornal de Angola, o jovem contou que não foi fácil viver naquelas condições, que obrigaram as duas famílias a dividir a casa, para que pudessem ter alguma privacidade. Calanga ficou com a parte da cozinha e um dos quartos, enquanto o vizinho ocupava dois quartos e a casa de banho.

“Quando entrei nesta casa, ainda não tinha mulher, nem filhos. Sentia-me à vontade. Mas depois de constituir família, a situação começou a ficar insuportável. Agora já tenho três filhos”, referiu, para de seguida enaltecer a decisão do Governo, que na sua opinião, “encontrou a melhor solução para o problema”.

“Vou ficar com esta casa. Sinto-me feliz, porque agora vou poder acomodar melhor a minha família. Além de procurar reabilitá-la, pretendo construir, também, um muro de vedação e uma cantina. Quero desenvolver aqui um negócio”, concluiu Calanga, que exerce a actividade de mototáxi e colabora como fiscal da Associação dos Motoqueiros e Transportadoras de Angola (AMOTRANG).

Acção Social considera balanço positivo

O processo de realojamento de 123 famílias, que compartilhavam residências, há mais de dez anos, em vários sectores do Panguila, no Bengo, começou em 2021, depois do cadastramento feito pela Administração Municipal do Dande.

Segundo o administrador Afonso Canga, as famílias que aceitaram transferir-se do Panguila para a Centralidade do Capari declararam possuir condições para pagar rendas resolúveis.

Para a directora nacional para as Políticas Familiares, Igualdade e Equidade do Género do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que acompanha o processo desde o início, o balanço é positivo, tendo em conta que as famílias transferidas para o Capari viviam em condições impróprias.

Santa Ernesto avançou que, no seio destas famílias aconteciam várias situações de promiscuidade, tendo sublinhado que o processo demonstra a preocupação do Governo em tornar as famílias resilientes, para que possam viver em condições condignas.

7.3 Benguela Drama dos desalojados das Salinas reacende com contornos de corrupção eleitoral

Novo Jornal

12 De Agosto de 2022

Texto: João Marcos

Queixas de falta de água, energia e outros serviços sociais continuam na ordem do dia, mas há, meses depois, uma franja menos crítica, indiferente às más condições de vida. Presença de «ex salineiros» em actividades do partido no poder, algo aferido pelo NJ, vista como sinal de que só alguns terão direito a benesses prometidas pelas autoridades.

Ninguém tem memória de um único momento em que o drama das centenas de famílias desalojadas do bairro das Salinas, arredores da cidade de Benguela, estivesse ultrapassado, tal como reforçam as reivindicações ouvidas esta semana, mas foi notório um silêncio de quase um ano, período de expectativas em relação a promessas de material de construção civil, que agora, em fase de campanha eleitoral, dividem a comunidade, apurou o NJ.

Doze meses após a saída do magistério Lúcio Lara, o primeiro «refúgio» de famílias que tinham seguido a destruição das suas casas, em Junho de 2020, aguarda-se ainda que a Administração Municipal proceda à entrega de chapas e barrotes para a autoconstrução dirigida no terreno onde se encontram.

É para lá que se tem dirigido o MPLA, partido no poder, ao encontro de populares para os comícios de apoio à candidatura de João Lourenço à Presidência da República.

“Nós, que não vamos a estas actividades, somos ameaçados, nos dizem que não vamos receber nada”, disse Delfina, enquanto um Toyota Hiace transportava ex-moradores das Salinas para a Catumbela, palco de um comício na passada quarta-feira, 10.

Os municípios que manifestaram insatisfação apontaram o dedo à senhora Jamba, acusada de estar a ameaçar quem opte por não marcar presença nas actividades dos «camaradas».

Delfina acredita que o material prometido há um ano venha a ser entregue preferencialmente aos que se deslocam às actividades partidárias. "É triste, muito triste porque ficámos um ano à espera", resumiu, ao recordar uma promessa da administradora e primeira-secretária municipal do MPLA, Paula Marisa, feita também em entrevista a vários órgãos de informação.

O NJ não conseguiu ouvir a versão de Jamba, uma cidadã que muito lutava pelo que chamava de justiça social, principalmente nos dias seguintes às demolições, mas que anda afastada do espaço público há já algum tempo.

"Ela tem conversado com a Administração Municipal, se calhar as pessoas que lhe acompanham nos comícios vão receber as chapas. Somos proibidas até de dar entre-vistas e de reclamar, ela não gosta", acrescenta Delfina.

Outras cidadãs dizem que não trocariam a praça, que significa a proveniência do sustento dos seus filhos, por um comício, realçando que "continuamos a sofrer em casas de pau, panos e em carcaças de carros abandonados".

O porta-voz dos antigos moradores do bairro das Salinas, João valeriano, prefere não acreditar que alguns estejam a receber apoios longe dos olhares da maioria, daí que lembre "o sofrimento de pessoas que já não conseguem dialogar com a senhora administradora"

O NJ tentou obter a versão da Administração Municipal de Benguela mas os seus responsáveis se encontravam precisamente na actividade da Catumbela.

Sem efeito ficou igualmente a tentativa para um pronunciamento da administradora Paula Marisa, que chegou já a dar como arrumado o «caso Salinas».

Enquanto ecoava a insatisfação de várias famílias, os que se dirigiram à vila da Catumbela, percorrendo quase trinta quilómetros, ouviram o primeiro-secretário provincial do MPLA, Luís Nunes, reafirmar que o seu partido é a única força capaz de garantir dignidade ao povo angolano. O político voltou a puxar dos galões as obras em curso, 24 horas antes de uma visita de constatação, nas vestes de governador, e prometeu mais acções sociais para o bem-estar dos cidadãos.

7.4 Mais de 100 famílias transferidas do Panguila para a centralidade do Capari

Jornal Angoleme

18 De Agosto de 2022

Texto: José Bule

Logo a seguir à porta da nova residência de Maria Rosa, estava um homem que não parava de sorrir. Depois de passar por situações menos agradáveis, desde 2003, na partilha de uma casa do tipo T3, no Panguila, João Gouveia ganhou um apartamento, na Centralidade do Capari, província do Bengo.

Aos 47 anos, o pai de sete filhos agradece a Deus e ao Governo angolano pela oportunidade. "Estou muito feliz, porque agora vou poder oferecer melhores condições de vida à minha família, sem já partilhar o mesmo espaço com outra família", disse João Gouveia, que vê agora realizado o sonho da casa própria.

"Estou há 15 anos nesta luta da casa própria e, só acreditei, depois de assinar o contrato, receber as chaves, abrir as portas e visitar cada compartimento da residência. Neste momento não consigo descrever a dimensão da felicidade que sinto", salientou o antigo morador da Favela, na zona da praia do Bispo, em Luanda.

Mas naquele dia (9 de Agosto), quem estava mesmo muito emocionada era Maria Rosa. A mulher, de 45 anos, que apresenta fraca mobilidade na perna como consequência do derrame cerebral que sofreu recentemente, foi realojada na mesma centralidade.

"Já não vou precisar de ajuda de ninguém, para atravessar os charcos lamacentos. Aqui no Capari não há lama. Posso andar à vontade e sozinha", cantava em voz alta, depois de receber, do Fundo de Fomento Habitacional, a pasta do contrato e as chaves da nova residência.

Maria Rosa, que viveu uma década no Panguila, com os filhos e mais duas famílias, na mesma casa, depois de terem sido desalojados da Favela, e transferidos para a localidade, dançava e saltava de alegria. Um dos filhos segurou-a pelos braços, para não cair.

"Ali no Panguila, apesar de viver com outras duas famílias na mesma casa, não tivemos grandes problemas. Entendíamos-nos muito bem. Houve sempre alguns conflitos, mas por sermos amigas, fazíamos tudo para ultrapassar os problemas", conta, ao *Jornal Angoleme*, quando caminhava, ansiosa, em direcção ao edifício onde está localizado o novo apartamento.

Ela abriu a porta e observou o interior do apartamento. "É muito bonito. Sei que vou pagar renda resolúvel. Mas isso não será problema. O meu pai deixou uma casa de herança, para mim e os meus irmãos. Nós dividimos o dinheiro das rendas e, a partir de agora, a minha parte vai servir para pagar esta casa ao Estado", explicou.

DOZE ANOS DE MUITA BRIGA

Depois de 12 anos de disputa por uma casa, no Sector 10 do Panguila, Domingos Adriano declara que está em condições de pagar, mensalmente, uma residência, por renda resolúvel, no valor de 20.899,31 (vinte mil oitocentos e noventa e nove kwanzas e trinta

Domingos Adriano declarou estrar em condições de pagar mensalmente uma residência por renda resolúvel e um cêntimos), na Centralidade do Capari.

"Não foi fácil partilhar a casa com uma outra família, com hábitos e costumes diferentes dos meus.

Tivemos momentos difíceis. Essa oportunidade chegou na altura certa. Trabalho como motorista e, por tanto, estou em condições de pagar o apartamento, através do sistema de renda resolúvel", assegura Domingos Adriano, que promete dar uma grande festa, com amigos e familiar para "molhar" a casa.

E quem permanece no Panguila, no âmbito do processo de cadastramento das famílias que compartilhavam residências, também esfrega as mãos de contente, como é o caso de Orlando Calanga, 26 anos, que se tornou no proprietário único da casa, onde mora há 11 anos, depois de partir para o Capari a outra família com quem dividia o imóvel.

O jovem conta que não foi fácil viver naquelas condições, que obrigaram as duas famílias a dividir a casa, para que pudessem ter alguma privacidade. Calanga ficou com a parte da cozinha e um dos quartos, enquanto o vizinho ocupava dois quartos e a casa de banho.

"Quando entrei nesta casa, ainda não tinha mulher, nem filhos. Sentia-me à vontade. Mas depois de constituir família, a situação começou a ficar

insuportável. Agora já tenho três filhos", refere, para de seguida enaltecer a decisão do Governo que, na sua opinião, "encontre 1 a melhor solução para o problema".

"Vou ficar com esta casa. Sinto -me feliz, porque agora vou poder acomodar melhor a minha família. Além de procurar reabilitá-la, pretendo construir, também, um muro de vedação e uma cantina. Quero desenvolver aqui um negócio", conclui Calanga, que é mototaxista e colabora como fiscal da Associação dos Motoqueiros e Transportadoras de Angola (AMOTRANG).

Cadastramento e Realojamento

O processo de realojamento de um total de 123 famílias, que compartilhavam residências, há mais de dez anos, em vários sectores do Panguila, no Bengo, começou em 2021, depois do cadastramento feito pela Administração Municipal do Dande.

Segundo o administrador Fonseca Canga, as famílias que aceitaram transferir-se do Panguila para a Centralidade do Capari são todas aquelas que declararam possuir condições para pagar rendas resolúveis.

Para a directora nacional para as Políticas Familiares, Igualdade e Equidade de Género, do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que acompanha o processo desde o início, o balanço é positivo, tendo em conta que as famílias transferidas para o Capari viviam em condições impróprias.

Santa Ernesto avançou que no seio dessas famílias aconteciam várias situações de promiscuidade, tendo sublinhado que o processo demonstra a preocupação do Governo em dar às famílias condições condignas.

7.5 Cooperativas recebem terras aráveis em Mbanza Kongo

Jornal de Angola

27 De Agosto de 2022

Texto: Kayila Silvina

As cooperativas agrícolas, constituídas por diversas famílias camponesas e antigos militares residentes em Mbanza Kongo, província do Zaire, vão receber, no decorrer do segundo semestre deste ano, 80 hectares de terras para o cultivo, com vista a fomentarem a agricultura, no quadro do Orçamento Participativo de 2022.

O director municipal do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE), em Mbanza Kongo, Tusevo Bernardo Ferreira, que prestou,

ontem, a informação, não avançou as modalidades de entrega nem o tamanho das parcelas a atribuir às cooperativas.

Além dos espaços de terras aráveis, os agricultores vão beneficiar, igualmente, de meios de trabalho como enxadas, catanas, moto-bombas, picaretas e pás, bem como algumas sementes de tomate, cebola e hortícolas, num projecto avaliado em 25 milhões de kwanzas.

O responsável referiu que o objectivo é permitir que as cooperativas integradas por famílias camponesas e ex-militares possam trabalhar sem dependência, em termos de meios de trabalho, no sentido de incrementarem a produção, a partir da próxima campanha agrícola.

Tusevo Bernardo Ferreira realçou que, em Mbanza Kongo, o Orçamento Participativo começou a ser implementado, na prática, neste ano, quando foram inscritas seis acções, pelo facto da alocação dos 25 milhões de kwanzas, destinados ao referido pacote, ter registado um ligeiro atraso.

Realçou que, em 2021, não houve alocação orçamental, no âmbito do referido programa, para o município de Mbanza Kongo, mas, neste ano, inscreveram-se os projectos de reabilitação do sistema de água, na aldeia do Vampa, comuna de Madimba, e da sede da comuna do Nkiende, aquisição de 22 contentores de lixo, para a sede municipal de Mbanza Kongo, e a construção de três pontos de água nas aldeias do Ntombe e Mawunze (comunas de Kaluka) e Bonde (Kalambata).

Entre as acções que o Orçamento Participativo contempla, frisou, constam as obras de manutenção e apetrechamento de bibliotecas, apoio às actividades culturais e outras despesas que têm impacto na vida da população.

Tusevo Bernardo Ferreira explicou que o Decreto Presidencial 235/19 de 22 de Julho já define um conjunto de sectores e áreas em que o orçamento do município deve ser aplicado, com destaque para a energia eléctrica, saneamento básico, limpeza, áreas verdes e obras de manutenção de serviços públicos.

Quanto ao apoio a prestar a pessoas com deficiência, o director municipal do GEPE disse que o Orçamento Participativo não define um eixo apropriado de intervenção, mas aponta as acções para a reintegração social dos ex-militares e pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, com aquisição de pares de muletas canadianas e chapas de zinco, por exemplo.

Para o Orçamento Participativo de 2023, Tusevo Bernardo Ferreira avançou que a Administração Municipal de Mbanza Kongo está a trabalhar, em colaboração com o Comité Técnico, na recolha de contribuições para acções que vão constar no novo pacote.

Combate à pobreza

A par do Orçamento Participativo, o Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PDLCP), a Administração Municipal distribuiu merenda escolar a 540 alunos do ensino primário das comunas do Nkiende e Madimba, durante o ano lectivo passado.

O director municipal do GEPE esclareceu que, no âmbito das infra-estruturas, foram executadas acções de impacto social, com destaque para a reabilitação de uma escola do ensino primário, habitação para professores e administradores comunais de Kalambata e construção de um centro de saúde, na aldeia do Tanga, nesta última região.

"O programa permitiu, ainda, a reabilitação de duas escolas primárias e respectivas residências dos professores, nas aldeias do Sumpi e Nkoko, ambas na comuna do Luvo.

Ao longo do presente ano, o programa permitiu a aquisição de medicamentos essenciais, reagentes para as análises clínicas e material gastável, que reforçaram a assistência médica e medicamentosa nos diferentes centros e postos de saúde nas sedes comunais da região.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Moradores privados de água potável devido à ruptura

Jornal de Angola

4 De Agosto de 2022

Texto: Roque Silva

Os moradores dos blocos 11 e 12 da urbanização do Sequele, sede do Distrito Urbano homónimo, estão há mais de cinco dias privados do abastecimento de água potável, devido a uma ruptura num dos dois quarteirões acima referenciados.

Agastados, vários moradores reagiram nas redes sociais com áudios e vídeos gravados junto à fractura, o que gerou uma onda de críticas. Ouvidos ontem pela nossa reportagem, reclamam das dificuldades enfrentadas na sequência do corte do precioso líquido, desde a passada quinta-feira, e da falta de comunicação da EPAL e Administração do Distrito.

Um morador identificado por Pedro Martins disse ao *Jornal de Angola* que tem estado a recorrer a bidons para acarretar água noutros blocos (quarteirões) cuja realidade é diferente.

Segundo o operador de caixa de uma instituição bancária, todos os dias é forçado a subir oito andares com peso para garantir que a família tenha acesso ao precioso líquido. "Não tem sido fácil porque chego a casa cansado, mas faço para garantir a higiene pessoal dos filhos e esposa", explicou o morador do bloco 11.

Cássio Mário, do mesmo quarteirão, revelou, por seu turno, que teve de alterar a sua rota e programação diária, por estar obrigado a procurar pelo precioso líquido no trajeto de regresso à casa. "Quando saio do serviço passo em residências de familiares noutros bairros para apanhar água, pois à noite boa parte do Sequele não sai água", disse o funcionário público.

Já Petra Gomes disse que para ter água em casa é obrigada a recorrer a terceiros e pagar 400 kwanzas para que cada bidon seja transportado de um quarteirão para o seu.

Doméstica, Petra referiu não entender a postura das instituições que devem velar pela situação, uma vez que o assunto reportado remonta desde a semana passada. "Nos espaços onde esses assuntos são discutidos estão funcionários da administração e da EPAL, mas até hoje (ontem) se mantêm no silêncio, o que configura uma falta de respeito para com o

cidadão e o cliente", referiu aborrecida a moradora do bloco 12, acrescentando que não consegue lavar a roupa desde a passada quinta-feira.

O porta-voz da EPAL justificou ao *Jornal de Angola* o corte no abastecimento a uma rotura devido à carga causada pelo aumento da produção e no abastecimento de água. Segundo Vladimir Bernardo, fruto do funcionamento em pleno da fase 3 da Estação de Candelabro, a urbanização do Sequele regista um aumento do volume da água, de pelo menos 17 horas por dia. Disse que o facto teve uma pressão sobre o equipamento, tendo originado o surgimento de roturas e consequentemente cortes para intervenção.

Vladimir Bernardo, que reagia a reclamação de moradores dos blocos 11 e 12, segundo os quais os técnicos deixaram, há mais de cinco dias, um buraco aberto e isolado, sem dar qualquer explicação, disse que a zona está isolada e os meios mobilizados para a rotura ser eliminada.

Explicou, também, o facto de que atendendo o período de Inverno o consumo de água reduz e as condutas entram sob pressão. "A rotura foi intervencionada por técnicos da EPAL, que escavaram, identificaram, isolaram para evitar desperdícios, está a mobilizar os meios necessários para reparar e repor o abastecimento nas zonas que sofreram cortes", disse.

Deu a conhecer que por esse motivo a EPAL regista uma demanda de ropturas no casco urbano de Luanda.

8.2 Canal do Cafu melhora vida das populações afectadas pela seca

Jornal de Angola

10 De Agosto de 2022

Texto: César Esteves

O sistema de transferência de água a partir do rio Cunene, na povoação do Cafu, para as zonas de Ombala Yo Mungu, Namacunde e Ndongbondola, na província do Cunene, melhorou significativamente a vida da população local, que sofria na pele os efeitos da seca, afirmou, quarta-feira, ao *Jornal de Angola*, o director-geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos.

Manuel Quintino salientou que o quadro registado, hoje, naquelas localidades é completamente oposto ao vivido pelos habitantes, que era caracterizado por um drama provocado pelos efeitos da seca cíclica que se regista na região Sul do país.

"Antes, quando houvesse seca, registava-se um grande sofrimento das populações, que se viam impedidas de desenvolver actividades agrícolas e de dar de beber o gado", ressaltou o responsável, lembrando que a falta do líquido naquelas regiões levava os criadores de gado a percorrerem longas distâncias, durante a transumância, a procura de água para o abeberamento do gado. "Hoje, é notório a satisfação no rosto das populações por já terem água próximo das suas residências", frisou.

O director geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos referiu que o Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola (PCESSA) surgiu para dar dignidade às pessoas daquela região que há muito sofriam com este problema.

"Há uma grande aposta do Executivo angolano, através do Ministério da Energia e Águas, em termos da busca de soluções para o combate aos efeitos da seca, razão pela qual foram já identificados, no quadro do PCESSA, um conjunto de projectos estruturantes virados ao combate aos efeitos da seca para as populações do Sul do país", salientou.

O Canal do Cafu, que não é o único projecto estruturante criado para a província do Cunene, para o combate aos efeitos da seca, foi inaugurado em Abril deste ano pelo Presidente da República. É das primeiras respostas concretas ao problema da seca na província, desde a independência do país, 1975.

Até antes da sua existência, o problema era combatido a base de furos de água, tendo sido aberto, em toda a província, mais de 70, que foram incapazes de atenuar o sofrimento da população, por, na sua maioria, serem negativos. O sistema de transferência está projectado para um caudal máximo de 6 metros cúbicos (seis mil litros) por segundo, mas, neste momento, devido às condições hidrológicas do rio Cunene, só está a captar dois metros cúbicos por segundo.

O projecto, que arrancou em 2019, dispõe de uma tubagem pressurizada com uma extensão aproximada de dez quilómetros, um canal condutor geral com uma extensão de 47 quilómetros e, logo a seguir, no lote 1, uma bifurcação com dois canais, sendo o Leste e o Oeste. O canal Leste, que vai levar a água a Namacunde, conta com uma extensão aproximada de 55 quilómetros. Já o Oeste, que segue em direcção à povoação de Ndombondola, possui uma extensão aproximada do primeiro. Para além dos canais, o sistema de transferência de água conta, igualmente, com 30 chimpacas (reservatórios de água) e 93 bebedouros para as pessoas e para os gados. Cada uma das chimpacas mede 100 metros de comprimento, 50 de largura, cinco a seis de

profundidade e uma capacidade de armazenamento de água a variar entre 25 e 30 mil metros cúbicos.

No dia da sua inauguração, o Presidente João Lourenço autorizou o aumento de mais cinco quilómetros complementares no canal e uma chimpaca, para beneficiar uma comunidade residente em Ndombondola. Com isso, a rede de canal passou a dispor de uma distância aproximada de 165 quilómetros e 31 chimpacas. Orçado em cerca de 136 milhões de dólares, o projecto está a beneficiar 235 mil pessoas, 250 mil cabeças de gado, uma área aproximada de 5 mil hectares para a prática da agricultura irrigada e gerou 3.275 postos directos de trabalho.

Recorde-se que o projecto Cafu consiste num sistema de captação e transferência de água do rio Cunene para várias povoações, através de um canal adutor com 160 km de extensão, ao longo dos quais foram construídas 30 chimpacas (locais para abeberamento do gado), com capacidade para 30 milhões de litros cada.

Huíla, Namibe e Cuanza-Sul

O director geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos afirmou que a província do Cunene não será a única a beneficiar de projectos virados para o combate aos efeitos da seca.

Manuel Quintino disse estarem contempladas, também, as províncias da Huíla, Namibe e Cuanza-Sul, mas esclareceu que os projectos criados para essas províncias não serão semelhantes ao do Cafu, no Cunene, pelo facto de não existirem aí rios com caudal permanente o ano todo.

Isso, referiu, impedirá que se faça a captação, uma vez que, para bombear, tem que se ter um curso de água permanente para, a partir dali, definir a quota, quantidade ou o volume que se vai retirar na unidade de tempo. "Não é possível replicar o Cafu, sobretudo no Namibe, porque aí não existem rios de caudal permanente", esclareceu.

Entretanto, Manuel Quintino admitiu que tal pode acontecer em outras regiões do país, onde existem zonas com caudal permanente, que permite a captação ou transferência do tipo Cafu.

8.3 Periferias do Huambo com mais água potável

Jornal de Angola

10 De Agosto de 2022

Texto: Marcelino Wambo

Bairros periféricos da cidade do Huambo, por exemplo, Kakelewa, Calundo, Viação, Vila Graça e Santa Iria, já beneficiam de água potável, no âmbito do programa de extensão da rede de abastecimento, que contempla a montagem de contadores e ligações domiciliares.

O presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas e Saneamento do Huambo, Adolfo Gomes, disse, ontem, que o alargamento da rede de tratamento e distribuição de água aos bairros periféricos da cidade do Huambo prevê 41 mil ligações domiciliares. O projecto teve início em 2016 e o seu término está previsto para o próximo ano. As obras, referiu, estão a ser financiadas pelo Banco Mundial.

Segundo Adolfo Gomes, depois dos trabalhos estarem concluídos, o número de clientes vai passar de 50 mil para mais de 60 mil, nas cidades do Huambo e na Centralidade Faustino Muteka, no município da Caála. Acrescentou que neste momento decorrem trabalhos de alargamento da rede de distribuição de água nos bairros Katchindombe, Sassonde I e II, Santo António, Casseque I e II, com montagem de contadores e torneiras nas residências.

Adolfo Elias explicou que o sistema de captação de água a partir do rio Kulimahãla, construído nos anos 40, já não estava à altura das necessidades, devido ao crescimento da população, o que obrigou, em 2015, ao Governo do Huambo dar início a um projecto de construção de um sistema de captação, tratamento e distribuição.

O presidente do Conselho da Administração da Empresa de Águas e Saneamento disse que o novo sistema de abastecimento de água, com capacidade de bombear 46 mil metros cúbicos por dia, em fase de ensaio dos equipamentos, vai trabalhar em simultâneo com o antigo sistema do rio Kulimahãla.

Acrescentou que vários clientes particulares e institucionais têm dívidas acumuladas desde 2020 e que decorrem campanhas de sensibilização para que sejam pagas, para se evitar cortes e aplicação de multas.

Esclareceu que nos municípios a responsabilidade é das administrações, que contam com equipas, que

têm prestado apoio técnico e institucional onde for necessário.

O presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas e Saneamento do Huambo exorta as comunidades a não consumirem água não tratada, principalmente das cacimbas, próximas de fossas, esgotos, cemitérios e outros locais de risco, devido às altas contaminações superficiais e subterrâneas.

Segundo o gestor, a água não tratada está a contribuir para o aumento de doenças como a febre tifóide, diarreicas agudas, cólera e outras de origem hídrica.

8.4 N'Dalatando e Lucala bebem da mesma fonte

Jornal Angoleme

18 De Agosto de 2022

Texto: Manuel Fontoura.

A nova Estação de Tratamento de Água (ETA), que vai reforçar os sistemas que alimentam os municípios de Cazengo e Lucala, província do Cuanza-Norte, fica concluída em Dezembro, apurou este jornal.

Orçada em 22,6 milhões de dólares, a estação em construção desde Agosto de 2020, com a participação financeira do Banco Mundial, vai adicionar 214 mil pessoas ao universo da população com acesso à água canalizada, nos dois municípios.

A cargo da empreiteira chinesa Qingdao Installation Co. Ltd e inserida no Programa de Investimentos Públicos (PIP), para o empreendimento foi estipulado um período de execução de 38 meses, sendo oito para a concepção e 30 para a edificação.

Depois da montagem do estaleiro, chegada de equipamentos e contratação do pessoal, maioritariamente jovens da província, do município do Lucala em particular, a empresa construtora edificou já o sistema de captação, estando a decorrer neste momento a fase de colocação da conduta adutora entre Lucala e Ndalatando.

O governador do Cuanza - Norte, Adriano Mendes de Carvalho, que visitou as obras, recentemente, considera que, pela sua magnitude e importância, a nova ETA vai entrar para os anais da história da província, como o investimento que mitigou o sofrimento da população de Cazengo, que nos últimos tempos sofre com a escassez deste importante recurso.

Zona de construção sem perigos de mina

De modo a permitir o arranque da construção da nova ETA, a Comissão Executiva de Desminagem das Forças Armadas Angolanas procedeu, em Dezembro de 2020, à entrega ao governo da província dos Certificados de Garantia e Controlo de Qualidade de três áreas clarificadas de minas.

Trata-se das zonas do estaleiro principal da empreiteira, 22.500 metros quadrados, de onde foram removidos no metais diversos, da zona de captação, com 90 mil metros quadrados, onde foram retirados 30 metais diversos, e da área para a Estação de Tratamento de Água, com 40 mil metros quadrados, de onde foram afastados 220 metais diferentes.

Na área adjacente, segundo o chefe-adjunto de departamento do Instituto de Desminagem no Cuanza-Norte (INADI), Garcia Numa, foi desminada uma área de um milhão de metros quadrados, tendo sido removidos diversos engenhos explosivos não detonados, uma operação que levou quatro meses.

A equipa de desminagem, lembrou, era composta por um chefe de brigada, um chefe de pelotão, três chefes de esquadra, oito sapadores, dois operadores de desminagem mecânica, dois cozinheiros, um enfermeiro e um oficial de logística.

Os meios usados foram uma máquina de desminagem do tipo Hitachi, 10 detectores de metal Ebex 422Gc, 10 kits de separador, 10 equipamentos de protecção pessoal, uma bússola e um binóculo.

Sistema de Reforço

Para a cidade de Ndalatando, em particular, o governo da província lançou, ainda, um outro projecto para a construção de uma ETA junto ao rio Lússue, sete quilómetros a sul da cidade.

A primeira pedra para o início dos trabalhos foi lançada pelo governador provincial do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho. Com um prazo de execução de seis meses, o empreendimento vai acautelar eventuais aumentos da procura, tendo em conta o constante alargamento das zonas habitacionais e, consequentemente, da taxa demográfica.

As novas ETA vão ser ligadas à rede já existente, para reforçar o antigo sistema de abastecimento a partir da represa do rio Mucari, que bombeia 90 litros por segundo. Com mais de 150 mil habitantes, Ndalatando possui outras duas condutas erguidas na década de 1950, sendo uma de água mineral a partir da fonte Santa Isabel e outra do Monte Redondo, que

produzem cinco e 20 litros por segundo, respectivamente.

8.5 Centro de Ecologia aconselha a melhor reutilização das águas

Jornal de Angola

27 De Agosto de 2022

Texto: Tatiana Marta

O Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC), na província do Huambo, aconselhou a maior investimento em programas de reutilização da água para fins industriais e comerciais.

O director-adjunto do CETAC, Emanuel Soares Cocongo, salientou que essa necessidade surge do facto de a água tratada, depois de utilizada, ser devolvida aos rios sem tratamento, em forma de fluentes, esgotos e, portanto, poluída, que volta a ser utilizada pela população, a partir das nascentes.

Referiu que estudos realizados pelo CETAC garantem um desenvolvimento de investigações científicas e gestão de conhecimento de alta qualidade, relevantes e pertinentes, tendo em conta o desenvolvimento económico, cultural e social sustentável do território do Huambo.

O director-adjunto do CETAC revelou, igualmente, que a instituição desenvolveu, nos últimos cinco anos, investigações aplicadas, no sentido de assegurar a melhor gestão da água e realização de estudos de qualidade ambiental dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

Em funcionamento, há 10 anos, o CETAC realiza análises da qualidade da água de nascentes e rios, bem como apoia projectos de estudo sobre o estado das nascentes do Huambo e alguns municípios da província do Bié, onde já foram testadas 15 nascentes.

O CETAC fez saber que a instituição foi criada pelo Executivo, com o objectivo de realizar investigação aplicada na interface entre a ecologia e alterações climáticas. Por isso, disse o responsável, tem procurado divulgar regularmente os trabalhos efectuados, com vista a contribuir na melhoria da qualidade de vida da população e conservação do ecossistema.

Emanuel Soares Cocongo fez saber que os recursos naturais da província do Huambo, como a água, terra, flora e fauna e, especialmente, a amostra representativa do Morro do Moco, devem ser salvaguardados, para servirem os interesses das

gerações presentes e futuras, mediante um planeamento e gestão cuidadosa.

O director-adjunto sublinhou que o Executivo reconhece a necessidade de reforçar a protecção dos ecossistemas sensíveis e vulneráveis e das espécies da fauna e flora raras e ameaçadas de extinção, além do apoio da dinamização de estudos técnicos e científicos sobre a conservação da natureza e dos recursos naturais renováveis.

Por isso, o CETAC tem estado a interagir, também, com as universidades na formação e capacitação a vários níveis, inclusive na pós-graduação, apoiando o desenvolvimento de parcerias para a formação de quadros especializados, proporcionando actividades de investigação aplicada nas áreas das Ciências do Ambiente e da Ecologia Tropical.

Emanuel Soares Coongo esclareceu que existem critérios que se explicam pelos deficientes procedimentos administrativos e técnicos dos serviços de abastecimento da água, provocados, muitas vezes, por vazamentos e rompimentos de redes.

8.6 Empresa de Limpeza de Luanda assina acordo com cooperativas

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2022

Texto: Kátia Ramos

Com o acordo, a Elisal pretende promover a inclusão das cooperativas nos serviços de limpeza da capital e criar, indirectamente, 600 novos postos de trabalho.

No acto de assinatura do acordo, o presidente do Conselho de Administração da Elisal, Gonçalves Imperial, disse que o contrato é resultante de uma orientação do Governo Provincial de Luanda para promover a participação das comunidades nos serviços de saneamento público e também garantir a limpeza das zonas de difícil acesso para as operadoras.

A limpeza de algumas zonas de Luanda, adiantou, tem sido feita com o apoio das administrações municipais. "Com este acordo estão reunidas as condições para a prestação de melhorias nos serviços de recolha de resíduos sólidos", disse, além de acrescentar que a Elisal tem conquistado a confiança dos municípios, depois de ter feito um maior investimento, que permitiu adquirir novas máquinas e meios de trabalho.

Este ano, adiantou, está previsto, em Dezembro, o arranque de uma série de novos serviços da Elisal, como o retorno dos serviços de fumigação, para ajudar no combate contra a malária e outras doenças transmitidas por mosquitos.

Nos próximos dias, avançou, a empresa vai contar com mais 200 camiões compactadores, 1.200 contentores, de cinco metros cúbicos, que vão ser alocados nas zonas consideradas preocupantes, como algumas valas de drenagem, junto às linhas férreas e outros pontos conhecidos por terem resíduos em grande quantidade.

"Luanda vai contar, também, com equipamentos novos para o sistema de micro-drenagem, poda de árvores e manutenção dos espaços verdes, dentro de um ano", disse.

A Elisal é a empresa prestadora de serviços de limpeza em sete municípios da capital, entre os quais o Kilamba Kiaxi, Cazenga, Cacuaco, Luanda, Talatona, Quissama e Icolo-e-Bengo. Agora, com a assinatura do acordo, as cooperativas vão ajudar a limpar alguns destes municípios. A maioria já trabalhava nas respectivas jurisdições. A contratação de cooperativas, com base nos objectivos da Elisal, vai ser estendida aos restantes municípios da capital.

8.7 Habitantes pedem mais e melhores serviços sociais

Jornal Luanda

8 De Agosto de 2022

Texto: Nilza Massango

O bairro chama-se Vila da Chicala, mais conhecido por "Luanda Limpa", um nome que desperta curiosidade a muita gente, incluindo a nossa.

Por esta razão, o Jornal Metropolitano de Luanda, deslocou-se ao Zango 4, município de Viana, para, entre outros aspectos, constatar se realmente aquela zona de Luanda estava livre de lixo, tal como o nome sugere. Mas, nem tanto assim. O bairro Luanda Limpa já teve sérios problemas com excesso de lixo. Actualmente, os moradores afirmam que a realidade mudou e que o bairro é mais limpo. Apesar da falta de contentores nas ruas, a recolha é feita.

Surgimento do nome do bairro

Conta-se que o nome surgiu por causa de uma empresa de limpeza que actuava no bairro, sendo a mesma o único ponto de referência para quem quisesse chegar à Vila da Chicala, na altura, uma

"zona nova que alojou, primeiros moradores saídos da Chicala

A seguir chegaram os da Ilha de Luanda, do Cazenga, do edifício do Baleizão, na Baixa de Luanda, e Cacucaco.

O bairro, segundo moradores, surgiu em 2014, ano em que começou a ser habitado.

O projecto habitacional é caracterizado por casas do tipo T2, sem sala de estar.

Voltando à história do surgimento do nome Luanda Limpa, Elvira refere que foi por causa da dificuldade que as pessoas tinham em chegar ao bairro Vila Chicala. " A empresa de limpeza era a única referência. Nós dizíamos Vila da Chicala, mas os motoqueiros não davam conta. Então, apontávamos sempre a empresa Luanda Limpa como o local mais próximo. É assim que até hoje o nome ficou", explicou uma das mais antigas moradoras.

O único posto de saúde do bairro Luanda Limpa é pequeno.

No bairro Luanda Limpa também há um posto policial, um posto da ENDE e um da EPAL que está fechado.

Escola superlotada

Para albergar a população estudantil, o bairro Luanda Limpa tem três escolas públicas do ensino primário e primeiro ciclo. Uma das escolas tem nove salas de aula que estão superlotadas. São mais de 100 alunos por sala. Esta realidade impossibilita que se façam novas inscrições para o próximo ano lectivo.

O Complexo Escolar 5136 é uma das três escolas públicas do bairro Luanda Limpa. Este ano não receberá novos alunos porque encontra-se superlotada. Numa sala de aula chega a ter cerca de 100 alunos. Faltam carteiras. A escola tem nove salas de aula e atende mil e 585 alunos.

"Por causa da carência de salas e carteiras, não há condições para abrir novas inscrições. Estamos com certas restrições. Temos outra preocupação que é a falta de água ", apontou José Guerra.

José Guerra, encarregado de educação, aponta a aquisição de carteiras como a maior dificuldade da escola, onde o índice de aproveitamento, apesar da sobrelotação, é bom. "Pelo menos, pautamos pelo bom método de ensino e aprendizagem. Os professores, de acordo com o programa, têm o suficiente. Temos alunos do Zango II e III, do outro lado da rua", referiu.

Os assaltos aos alunos, à saída da escola, no período da tarde, preocupam a direcção da instituição. "Como escolas, não sofremos, mas os alunos, praticamente, todos os dias são assaltados, por volta das 16/17 horas. Normalmente, levam-lhes as mochilas e o dinheiro.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 O bairro de Luanda que é um inferno da criminalidade

Novo Jornal

5 De Agosto de 2022

Texto: Euclides Seia

Distante do imaginário surgido da história bíblica de Adão e Eva, andar no bairro Paraíso, no município de Cacucaco, em Luanda, é preciso coragem, fé e escolta. Foi, aliás, dentro desses três princípios que a equipa de reportagem do Novo Jornal radiografou a localidade que carece de quase tudo, segundo relato dos moradores.

O nome do bairro é fruto de um discurso de um ancião já falecido Domingos João um dos primeiros a habitá-lo, que, há algumas décadas, aconselhava os jovens a aproveitar a vida de acordo com os preceitos cristãos, dizia sempre "para isso, para isso", o que levou a que jocosamente todos passassem a tratar a localidade por Paraíso, nome por que até hoje é conhecida.

Canalumo Pedro, morador da zona há 20 anos, diz que a maior parte dos jovens que pratica assalto às residências e a todos os que circulam pelo bairro tem entre 16 e 30 anos e usa arma de fogo. Aos 50 anos, esse pedreiro conta que, por três vezes, a sua casa foi vítima da onda de assalto que o bairro enfrenta. Segundo ele, a acção dos meliantes deixou-o sem duas botija e um televisor, daí preferir agora cozinhar os alimentos no carvão e acompanhar os noticiários televisivos por meio de um aparelho preto e braço, ao invés dos plasmas da moda.

Quem partilha da opinião de canalumo Pedro é Evaristo João, que está no bairro desde 1997, em face de a sua casa no bairro Boavista, na Ingombota, ter sido levada pela chuva. Agente de segurança de uma empresa privada, Evaristo João já foi vítima de assalto com recurso a arma branca, tendo-lhe sido retirada a carteira de documentos pessoais, o telemóvel e 10 mil kwanzas, valores que transportava no bolso para comprar a medicação de um dos filhos que, na altura, se encontrava doente. Aconteceu às 09h00 da manhã, na rua.

A extrema onda de insegurança no bairro levou a que Evaristo João transferisse os seus filhos da única escola pública do ensino secundário para um colégio situado numa localidade distante. "Já vi alunos destas

escolas fumarem liamba nos arredores do estabelecimento de ensino em tempo de aulas e roubarem em cantinas próximas", confirma.

Mas, não só de criminalidade se faz o 'inferno' do Paraíso. Neste bairro, os moradores consomem água vendida por camiões-cisternas e tanques instalados nos quintais: A localidade possui um único posto de saúde público, construído pelo Fundo de Apoio Social (FAS) em 2008, que funciona das 8 da manhã às 14h00, deixando a população à sua sorte durante o período noturno. O posto funciona com apenas quatro técnicos de nível médio e básico, sendo dois enfermeiros, um farmacêutico e um analista.

Comissão de Moradores incapaz

Lusaiadio Kabanda, coordenador da Comissão de Moradores do Bairro paraíso, diz que a instituição que dirige recebe semanalmente duas a três queixas de assaltos a residências, acompanhados de violação sexual. O responsável acrescenta que, na intenção de estancar a onda de criminalidade no bairro, em nome da comissão, cedeu à Polícia Nacional, em Cacucaco, um espaço para a instalação de uma esquadra, mas, até agora, 'nem água vem, nem água vai'.

"Não entendemos como muitos delinquentes são detidos pela Polícia e, em poucos dias, alguns são soltos, perigando cada vez mais a vida dos moradores", queixa-se.

O líder do bairro que comporta 47 quarteirões avança que a falta de centros médicos públicos que atendam à população 24 horas ao dia obriga a que os habitantes, em caso de urgência à noite, arrisque as suas vidas até encontrar atendimento médico no Hospital Municipal de Cacucaco. No capítulo da energia, Lusaiadio Kabanda diz que a maior parte do bairro não tem luz eléctrica da rede pública.

Polícia garante patrulhamento à medida das condições da zona

O porta-voz da Polícia Nacional em Luanda, Nestor Goubel, assegura que os efectivos do Comando Municipal de Cacucaco têm realizado patrulhamentos, mas a forma desestruturada do bairro e a falta de iluminação têm dificultado o trabalho. "Nós temos trabalhado com a comunidade no âmbito do policiamento de proximidade e feito denúncias às forças da ordem, numa articulação com o Serviço de Investigação Criminal (SIC) e os de Informação, e, através disso, tem sido possível prender os infractores", explica o superintendente.

O responsável lamenta, igualmente, a desestruturação de muitas famílias de onde provêm os meliantes que têm cometido os vários crimes.

10. AMBIENTE

10.1 Canal do Cafu melhora vida das populações afectadas pela seca

Jornal de Angola

10 De Agosto de 2022

Texto: César Esteves

O sistema de transferência de água a partir do rio Cunene, na povoação do Cafu, para as zonas de Ombala Yo Mungu, Namacunde e Ndombondola, na província do Cunene, melhorou significativamente a vida da população local, que sofria na pele os efeitos da seca, afirmou, quarta-feira, ao Jornal de Angola, o director-geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos.

Manuel Quintino salientou que o quadro registado, hoje, naquelas localidades é completamente oposto ao vivido pelos habitantes, que era caracterizado por um drama provocado pelos efeitos da seca cíclica que se regista na região Sul do país.

"Antes, quando houvesse seca, registava-se um grande sofrimento das populações, que se viam impedidas de desenvolver actividades agrícolas e de dar de beber o gado", ressaltou o responsável, lembrando que a falta do líquido naquelas regiões levava os criadores de gado a percorrerem longas distâncias, durante a transumância, a procura de água para o abeberamento do gado. "Hoje, é notório a satisfação no rosto das populações por já terem água próximo das suas residências", frisou.

O director geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos referiu que o Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola (PCESSA) surgiu para dar dignidade às pessoas daquela região que há muito sofriam com este problema.

"Há uma grande aposta do Executivo angolano, através do Ministério da Energia e Águas, em termos da busca de soluções para o combate aos efeitos da seca, razão pela qual foram já identificados, no quadro do PCESSA, um conjunto de projectos estruturantes virados ao combate aos efeitos da seca para as populações do Sul do país", salientou.

O Canal do Cafu, que não é o único projecto estruturante criado para a província do Cunene, para o combate aos efeitos da seca, foi inaugurado em Abril deste ano pelo Presidente da República. É das primeiras respostas concretas ao problema da seca na província, desde a independência do país, 1975.

Até antes da sua existência, o problema era combatido a base de furos de água, tendo sido aberto, em toda a província, mais de 70, que foram incapazes de atenuar o sofrimento da população, por, na sua maioria, serem negativos. O sistema de transferência está projectado para um caudal máximo de 6 metros cúbicos (seis mil litros) por segundo, mas, neste momento, devido às condições hidrológicas do rio Cunene, só está a captar dois metros cúbicos por segundo.

O projecto, que arrancou em 2019, dispõe de uma tubagem pressurizada com uma extensão aproximada de dez quilómetros, um canal condutor geral com uma extensão de 47 quilómetros e, logo a seguir, no lote 1, uma bifurcação com dois canais, sendo o Leste e o Oeste. O canal Leste, que vai levar a água a Namacunde, conta com uma extensão aproximada de 55 quilómetros. Já o Oeste, que segue em direcção à povoação de Ndombondola, possui uma extensão aproximada do primeiro. Para além dos canais, o sistema de transferência de água conta, igualmente, com 30 chimpacas (reservatórios de água) e 93 bebedouros para as pessoas e para os gados. Cada uma das chimpacas mede 100 metros de comprimento, 50 de largura, cinco a seis de profundidade e uma capacidade de armazenamento de água a variar entre 25 e 30 mil metros cúbicos.

No dia da sua inauguração, o Presidente João Lourenço autorizou o aumento de mais cinco quilómetros complementares no canal e uma chimpaca, para beneficiar uma comunidade residente em Ndombondola. Com isso, a rede de canal passou a dispor de uma distância aproximada de 165 quilómetros e 31 chimpacas. Orçado em cerca de 136 milhões de dólares, o projecto está a beneficiar 235 mil pessoas, 250 mil cabeças de gado, uma área aproximada de 5 mil hectares para a prática da agricultura irrigada e gerou 3.275 postos directos de trabalho.

Recorde-se que o projecto Cafu consiste num sistema de captação e transferência de água do rio Cunene para várias povoações, através de um canal adutor com 160 km de extensão, ao longo dos quais foram construídas 30 chimpacas (locais para abeberamento do gado), com capacidade para 30 milhões de litros cada.

Huíla, Namibe e Cuanza-Sul

O director geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos afirmou que a província do Cunene não será a única a beneficiar de projectos virados para o combate aos efeitos da seca.

Manuel Quintino disse estarem contempladas, também, as províncias da Huíla, Namibe e Cuanza-Sul, mas esclareceu que os projectos criados para essas províncias não serão semelhantes ao do Cafu, no Cunene, pelo facto de não existirem aí rios com caudal permanente o ano todo.

Isso, referiu, impedirá que se faça a captação, uma vez que, para bombear, tem que se ter um curso de água permanente para, a partir dali, definir a quota, quantidade ou o volume que se vai retirar na unidade de tempo. "Não é possível replicar o Cafu, sobretudo no Namibe, porque aí não existem rios de caudal permanente", esclareceu.

Entretanto, Manuel Quintino admitiu que tal pode acontecer em outras regiões do país, onde existem zonas com caudal permanente, que permite a captação ou transferência do tipo Cafu.

10.2 CVA tem USD dez milhões para minimizar efeitos da seca

Jornal de Angola

13 De Agosto de 2022

Texto: Edvaldo Cristóvão

A Cruz Vermelha de Angola (CVA) tem disponíveis dez milhões de dólares para acções de combate aos efeitos da seca no Cunene, bem como atender situações de emergência e promover o desenvolvimento das comunidades.

A informação foi tornada pública, ontem, em Luanda, pelo presidente da CVA, Alfredo Pinto Elavoco, acrescentando que o dinheiro, financiado pela Federação Internacional, vai ser, essencialmente, direccionado a campanhas de sensibilização para prevenção de doenças nas comunidades e programa estruturante de abastecimento de água, concretamente na zona de Canacafu, província do Cunene.

Deu a conhecer que a Cruz Vermelha pretende, ainda, construir escolas de desenvolvimento agrícola, com objectivo de orientar a população sobre o uso racional da água e técnicas de cultivo, para o aumento da produção nas comunidades, no âmbito do programa de combate à fome.

Segundo Alfredo Pinto Elavoco, no mês de Julho, a Cruz Vermelha apoiou 500 mil famílias com bens de primeira necessidade, prevendo-se, na próxima fase, abranger mais 350 mil agregados familiares.

O projecto da Cruz Vermelha, que vai durar cerca de 12 meses, engloba a melhoria dos cuidados primários

de saúde e desinfectação da água, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

A Cruz Vermelha pretende, também, construir cozinhas comunitárias e farmácias, onde os preços serão os mais baixos possíveis, nas províncias do Cunene, Namibe e Huíla, por serem zonas mais afectadas pela seca.

O presidente da Cruz Vermelha, que falava em conferência de imprensa para fazer o balanço das actividades realizadas desde Janeiro, disse, por outro lado, que mais de 80 trabalhadores estão há 30 meses sem salário. "O orçamento dado pelo Ministério da Saúde é insuficiente para pagar salários, mas as actividades correntes têm sido realizadas, fruto do apoio de várias instituições".

Acrescentou que a Cruz Vermelha de Angola é uma instituição humanitária e sem fins lucrativos, criada ao abrigo do Decreto nº 25/78, de 16 de Março, com fins assistenciais e de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica e constituída conforme as Convenções de Genebra.

A Cruz Vermelha de Angola é filiada como membro da Federação Internacional e do Crescente Vermelho (FICV-CV). Actualmente depende única e exclusivamente do Orçamento Geral do Estado (OGE), verba destinada às associações de utilidade pública, que recebe através do Ministério da Saúde.

10.3 Moradores do bairro Mandume pedem acção para travar ravinas

Jornal de Angola

21 De Julho de 2022

Texto: Pedro Bica

Moradores do bairro Rei Mandume, no Distrito Urbano da Cidade Universitária, pedem uma intervenção urgente do Governo Provincial de Luanda (GPL), para travar a progressão de ravinas, que ameaçam destruir centenas de residências.

Uma das casas ameaçadas pelas ravinas é a de Moisés Pedro, que teme que a habitação não resista ao fenómeno, principalmente quando começarem as chuvas.

O morador daquele bairro, localizado no município de Talatona, clama por um trabalho da parte do Governo, porque, neste momento, além da ameaça às casas, as ravinas cortaram a circulação automóvel em determinadas vias.

Moisés Pedro deu a conhecer que a falta de iluminação pública no bairro é outra dificuldade na

zona, o que tem contribuído, grandemente, para o aumento do índice de delinquência.

Em função disso, Osvaldo Nascimento clama por um policiamento de proximidade no bairro, sobretudo na calada da noite e às primeiras horas da manhã, por serem os turnos em que os marginais mais actuam.

Este morador do bairro Rei Mandume apelou, ainda, ao Governo para levar uma série de serviços sociais àquela parcela do distrito, para que se evite sair da região para resolver certos assuntos.

"Podiam ser aproveitadas as obras do PIIM para a zona, o que nos traria serviços escolares e sanitários públicos", realçou Osvaldo Nascimento, que reclama, igualmente, da falta de água potável, apesar do bairro dispor de um centro de distribuição de abastecimento, que não funciona.

Mas, o maior problema do bairro tem mesmo a ver com a progressão das ravinas. É o que diz Ginga Afonso, outro morador da zona, que considerou que a resolução do fenómeno geológico depende de uma intervenção de sectores das Obras Públicas.

"A progressão das ravinas está alarmar os moradores do bairro, onde as fazendas e casas correm o risco de serem engolidas, assim como a zona ficar totalmente isolada", teme o morador.

Com 11 anos de existência, o bairro Rei Mandume conta com uma extensão territorial de seis quilómetros quadrados e uma densidade populacional, estimada em mais de nove mil habitantes.

10.4 IDF anuncia campanha de povoamento florestal

Jornal de Angola

27 De Agosto de 2022

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província do Huambo prevê plantar, a partir de Setembro próximo, 50 mil mudas de eucalipto, cedro e pinheiro, no âmbito da campanha de povoamento e repovoamento florestal.

Ao falar à Angop, ontem, a responsável do IDF nesta região, Brígida Cândida, informou que 25 mil do total de plantas previstas já se encontram disponível em viveiros da instituição, com objectivo de serem plantadas na próxima época florestal, que inicia em Setembro.

Explicou que as árvores em causa deverão ser plantadas em todos os municípios da província,

principalmente nos da Caála, Cachiungo, Chicala-Cholohanga, Ecunha e Huambo, com zonas mais preocupantes em termos despovoamento florestal e abate indiscriminado de plantas.

Lembrou que, na época florestal passada, a instituição havia plantado 36 mil árvores de eucalipto, pinheiro e cedro.

Brígida Cândida destacou a participação das organizações da sociedade civil no processo de repovoamento florestal.

Infracções e irregularidades

A responsável informou que a instituição registou, de Junho de 2021 à presente data, 26 infracções e irregularidades, que resultaram na arrecadação de 20 milhões de kwanzas, com a aplicação multas.

Das infracções, disse, constam a posse e transporte ilegal de 345 metros cúbicos de madeira de eucalipto confiscado e vendido pelo Ministério do Ambiente em leilão.

Entre os anos 2006 e 2018, pelo menos 20 mil hectares foram devastados na província do Huambo, com destaque para o perímetro florestal do Sanguengue, no município do Cachiungo, e o de Sandenda, na Caála.

As outras florestas plantadas que também perderam parte das suas árvores são as do Cuima, no município da Caála, e Mundundo, no município do Ucuma.

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS
CHINES EM ANGOLA